

# ECONOMISTAS

## Planejamento, desenvolvimento e sustentabilidade

**Reindustrialização  
e crise climática**

*Por André Roncaglia*

**Marcio Pochmann:  
"O IBGE precisa ser  
fortalecido"**

*Entrevista*

**Novo Pac e BNDES**

*Por André Paiva Ramos  
e Nelson Barbosa*

**Retomada do  
desenvolvimento**

*Por José Luis Oreiro*

**Impactos do conflito  
Israel-Hamas  
na economia**

*José Francisco  
Lima Gonçalves*

## Expediente

**Presidente:** Paulo Dantas da Costa

**Vice-presidente:** Eduardo Rodrigues da Silva

**Conselheiros efetivos:**

Antonio Corrêa de Lacerda  
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva  
Carlos Alberto Safatle  
Carlos Roberto de Castro  
Clovis Benoni Meurer  
Eduardo Rodrigues da Silva  
Fernando de Aquino Fonseca Neto  
Flávia Vinhaes Santos  
Heric Santos Hossoé  
João Manoel Gonçalves Barbosa  
Lauro Chaves Neto  
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa  
Maria de Fátima Miranda  
Maurílio Procópio Gomes  
Mônica Beraldo Fabrício da Silva  
Paulo Dantas da Costa  
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

**Conselheiros suplentes:**

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera  
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda  
Carlos Magno Andrioli Bittencourt  
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior  
Denise Kassama Franco do Amaral  
Eduardo Reis Araújo  
Gilson de Lima Garófalo  
Gustavo Casseb Pessoti  
Josélia Souza de Brito  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya  
Noel Leite da Silva  
Omar Corrêa Mourão Filho  
Paulo Hermance Paiva  
Paulo Roberto de Jesus  
Rogério Vianna Tolfo  
Róridan Penido Duarte  
Sérgio da Rocha Bastos  
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

**Conselho Editorial:**

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)  
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera  
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva  
Dércio Garcia Munhoz  
Eduardo Rodrigues da Silva

Fernando de Aquino Fonseca Neto  
Gilson de Lima Garófalo  
Heric Santos Hossoé  
José Luiz Pagnussat  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya  
Lauro Chaves Neto  
Luiz Carlos Delorme Prado  
Maria Cristina de Araújo  
Mônica Beraldo Fabrício da Silva  
Paulo Dantas da Costa  
Roberto Bocaccio Piscitelli  
Róridan Penido Duarte  
Sidney Pascoutto da Rocha  
Wellington Leonardo da Silva

**Comissão de Comunicação:**

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)  
Flávia Vinhaes Santos (Vice-Coordenadora)  
Clovis Benoni Meurer  
Denise Kassama Franco do Amaral  
Gilson de Lima Garófalo  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya  
Lauro Chaves Neto  
Mônica Beraldo Fabrício da Silva  
Róridan Penido Duarte

**Coordenação de Comunicação:**

Renata Reis – Coordenadora  
Manoel Castanho – Jornalista  
Raquel Passos – Assessora  
imprensa@cofecon.org.br

**Projeto Gráfico e Editoração:**

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

**As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.**

# SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS!



@cofecon

## Sumário

<b>Editorial</b> Paulo Dantas da Costa	<b>5</b>	<b>Impactos do conflito Israel-Hamas na economia mundial e brasileira</b> José Francisco Lima Gonçalves	<b>50</b>
<b>Marcio Pochmann: “O IBGE precisa ser fortalecido”</b> Coordenação de Comunicação	<b>6</b>	<b>Aspectos atuais e tendências no contexto financeiro brasileiro</b> Gílson de Lima Garófalo	<b>54</b>
<b>Planejamento, reindustrialização e a crise climática</b> André Roncaglia	<b>12</b>	<b>Marco Legal das Garantias – leituras casadas</b> Carla Beni Menezes de Aguiar e Jean Menezes de Aguiar	<b>58</b>
<b>Reindustrialização como alavanca para a retomada do desenvolvimento econômico no Brasil</b> José Luis Oreiro	<b>18</b>	<b>Economia, Formação, Mercado de Trabalho, Gênero &amp; Diversidade</b> Coordenação de Comunicação	<b>64</b>
<b>Uma agenda para o desenvolvimento do Brasil: Novo PAC e BNDES</b> André Paiva Ramos e Nelson Barbosa	<b>26</b>	<b>Regionalidades: Panorama e desafios do mercado de trabalho na Bahia</b> Isabel Ribeiro	<b>70</b>
<b>O que o XXV Congresso Brasileiro de Economia teve de melhor</b> Manoel Castanho	<b>30</b>	<b>Novos livros</b>	<b>80</b>
<b>A mudança da trajetória fiscal dos estados brasileiros</b> Carin Deda, Célia M. S. Carvalho, João C. S. Marques e Simone Mello de Paula	<b>40</b>		

Nos dias 07 a 09 de novembro o Sistema Cofecon/Corecons realizou, em São Luís, o XXV Congresso Brasileiro de Economia (CBE). O evento, que teve como tema Um Novo Futuro: Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade, reuniu diversos públicos interessados nos ricos debates acerca de questões relevantes para o momento histórico e econômico que o nosso País vive.

Um dos conceitos que esteve presente em várias das mesas de debate – e que aparece também em artigos publicados nesta edição – foi o de reindustrialização. Sua importância para a economia brasileira reside não apenas na geração de maior complexidade produtiva, criando empregos mais qualificados, como também na necessidade de garantir o fornecimento de diversos produtos essenciais. Esta reindustrialização também precisa ser adequada aos desafios presentes, como a descarbonização, a transformação energética e o uso das novas tecnologias.

Esta edição da revista Economistas apresenta um resumo dos principais debates ocorridos no CBE, bem como a carta aprovada pelos economistas na ocasião. Traz também

uma entrevista especial com o economista Marcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual ele fala sobre os desafios de dirigir um dos órgãos tecnicamente mais qualificados do país, além de abordar aspectos do Censo e de outras pesquisas, bem como a importância que elas têm para a formulação de políticas públicas.

Esta edição também contém artigos econômicos sobre outros temas, que vão desde o contexto financeiro brasileiro até o Marco Legal das Garantias, passando pelos impactos econômicos do conflito entre Israel e o Hamas. Sobre este último assunto, gostaria de reforçar aquilo que falei por ocasião da abertura do CBE. É inconcebível que, passados mais de vinte anos do terceiro milênio, homens e mulheres do nosso tempo ainda assistimos humanos destruindo humanos, inclusive mulheres, crianças e idosos. Levantamos nossa voz em favor da paz.

### Boa leitura.



### Paulo Dantas da Costa

Presidente do Cofecon

Economista. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014 e 2015 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

# Marcio Pochmann: “O IBGE precisa ser fortalecido”



Foto: Elza Fiúza/Agência Brasil

## Por Coordenação de Comunicação

No dia 18 de agosto o economista Marcio Pochmann tomou posse como novo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Ele passou a liderar uma estrutura que tem 27 superintendências (nas capitais de estados e no Distrito Federal), 27 Seções de Disseminação de Informações e 566 agências de coleta de dados nos principais municípios.

Pochmann é economista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-graduação em Ciência Política pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutorado pela mesma instituição, onde também atuou como professor entre 1989 e 2020.

O economista iniciou sua trajetória no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e também exerceu a docência na Universidade Católica de Brasília. Foi secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade na cidade de São Paulo durante a gestão da prefeita Marta Suplicy e presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 2007 e 2012. Ainda em 2007, recebeu do Cofecon o prêmio de Personalidade Econômica do Ano. Também recebeu o prêmio Jabuti de 2002, na área de Economia, Administração e Negócios, pelo livro A Década dos Mitos.

Enquanto esteve à frente do IPEA, Pochmann defendeu a contratação de mais servidores públicos e a redefinição do papel do Estado. Em 2008, defendeu o corte de juros num momento em que a taxa Selic se encontrava em 13,75% ao ano.

O novo presidente do IBGE falou com exclusividade à revista Economistas e abordou a importância das pesquisas realizadas pela instituição, os desafios e planos para os próximos anos e a necessidade de adaptar sua estrutura (e o governo como um todo) à era digital.

**Revista Economistas: O IBGE é tido como um dos órgãos de maior capacidade técnica no País. Como você enxerga a tarefa de dirigir um grupo tão plural e qualificado e quais são os principais desafios de manter na instituição um corpo técnico desta natureza?**

**Marcio Pochmann:** Contando com 11 mil servidores de elevada qualidade técnica e comprometimento profissional, o IBGE ocupa posição de destaque internacional e referência nacional na produção e difusão do conhecimento estatístico e geocientífico há quase 90 anos. Ao revelar continuamente a realidade nacional em diversas dimensões, termina por exercer, simultaneamente, a tarefa de ser tanto o "cartão de visitas" como a "bússola" do país.

A oportunidade de iniciar minha carreira de pesquisador junto ao Dieese permitiu que eu me qualificasse em metodologias e na realização de pesquisas diversas, como a de padrão de vida, inflação, custo da cesta básica, locais de compra, emprego e desemprego e outras. Da mesma forma, o conhecimento profissional do IBGE (enquanto usuário essencial na minha trajetória de professor e pesquisador de universidade pública) possibilitou juntar-me ao privilegiado rigor técnico-científico e qualificado profissionalismo dos colegas ibegeanos e ibegeanos na tarefa de recuperar a instituição, constituindo o novo plano de cargos e remuneração compatível com a implantação do Sistema Nacional de Georeferências, Estatísticas e Dados.

**R.E: Existe alguma orientação específica para o IBGE no novo governo de modo que possa servir melhor à população brasileira?**

**M.P:** O terceiro mandato do presidente Lula teve, já no seu primeiro ano, a importante iniciativa de começar a recuperar o poder aquisitivo dos salários, deteriorado nos últimos anos, assim como retomar a trajetória dos concursos públicos. A remuneração dos servidores do IBGE foi reajustada em 9%, enquanto a instituição também foi autorizada a realizar o maior concurso público de sua história.

Ao contar com o apoio do presidente Lula e a orientação da ministra Simone Tebet, o IBGE avança substancialmente na gestão transparente e democrática. Realizou em novembro o seu primeiro congresso interno, no qual a participação ativa dos servidores e a combativa presença do sindicato possibilitaram definir as diretrizes orientadoras do IBGE para os próximos três anos, quando comemorará 90 anos de existência.



**Contando com 11 mil servidores de elevada qualidade técnica e comprometimento profissional, o IBGE ocupa posição de destaque internacional e referência nacional na produção e difusão do conhecimento estatístico e geocientífico há quase 90 anos."**



**R.E: Muitas políticas públicas são influenciadas pelas estatísticas produzidas pelo IBGE. Se você puder destacar duas destas políticas como especialmente importantes, quais seriam? E complementando esta pergunta, o IBGE tem alguma influência na sugestão de políticas públicas ou apenas produz os dados?**

**M.P:** O Brasil se encontra diante de uma profunda mudança de época, tal qual na década de 1930, quando o país conviveu com a passagem do longo agrarismo para a moderna sociedade urbana e industrial. Para o segundo quarto do século 21, a consolidação no País na era digital pressupõe um salto constitutivo do novo IBGE diante do avanço da revolução informacional.

Pela Revolução de 1930, a antiga Diretoria

Geral de Estatística existente desde 1871 foi substituída pela criação do IBGE em 1936. Nos dias de hoje, a superação da sociedade industrial pela de serviços implica valorizar ainda mais o papel do IBGE na soberana produção e difusão de conhecimento estatístico e geocientífico e de dados qualificados diante das novas exigências das políticas públicas. Neste sentido, destacam-se, como exemplo, as pesquisas realizadas com participação social democrática sobre o trabalho de plataformas digitais e sobre a população que vive em situação de rua.

**R.E: Com exceção do Censo, que exige uma operação especial a cada dez anos, na sua opinião, qual é a pesquisa mais difícil de realizar por parte do IBGE?**

**M.P:** O IBGE precisa ser fortalecido, especialmente no poder de coletar informações e dados ao mesmo nível das *big techs* estrangeiras que operam no Brasil. Sem isso, o país compromete a sua soberania no plano dos dados, com um conjunto reduzido de grandes empresas privadas com mais informações e dados que o próprio IBGE e os governantes do País.

Nos diálogos externos recentemente mantidos com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, essa temática foi considerada. Para breve, o IBGE apresentará o seu Orçamento e o Plano de Trabalho e Regime de Trabalho para o ano de 2024 contemplando a nova fase das pesquisas e estudos próprios da era digital.

A construção do Singed (Sistema Nacional de Geociência, Estatística e Dados), sob a coordenação fundamental do novo IBGE, constitui passo essencial do Brasil diante do aprofundamento da revolução informacional. Com a transformação digital do modelo de negócios, cabe ao país um novo IBGE com plano de cargos e salários compatível com os desafios da terceira década do século 21.

**R.E: Da mesma forma que a pandemia representou um desafio para a realização do Censo, que deveria ter ocorrido em 2020, ela fez com que muitos setores da economia tivessem que se reinventar. De que maneira esta reinvenção e a utilização de novas ferramentas podem modernizar e tornar mais ágil o próximo Censo?**

**M.P:** Importante lembrar que a luta do sindicato dos servidores do IBGE em defesa da realização do Censo Demográfico foi fundamental para mobilizar o questionamento ao Poder Judiciário gerado pela iniciativa do então governador Flávio Dino. Com isso, o 13º censo demográfico, realizado em 2022, somente ocorreu por exclusiva determinação do Supremo Tribunal Federal, o que demarcou a primeira experiência de intervenção do Poder Judiciário em toda a história das estatísticas no Brasil.

Na sequência, veio a compreensão de que o avanço da revolução informacional tornou decisivo o aprimoramento dos métodos censitários adotados pelos institutos nacionais

de estatísticas. No Brasil não tem sido diferente. Com a construção de infraestrutura nacional de dados compatível com as mais modernas tecnologias de informação e comunicação, estudam-se novas possibilidades de pesquisas dinâmicas e continuadas no tempo.

**R.E: Dados do Censo de 2022 mostram que a população idosa (65+) representa 10,9% do total, enquanto a população de crianças (14-) é de 19,8%, e que a idade mediana da população (marca que divide os 50% mais jovens e 50% mais idosos) é de 35 anos. Que consequências esta tendência de envelhecimento tende a ter sobre a economia brasileira nos próximos 10 anos?**

**M.P:** O Brasil se encontra diante da acelerada transição demográfica que marca o novo horizonte populacional ao longo do século 21. Estão em preparação pelos colegas do IBGE novas projeções populacionais de média e longa duração que devem, possivelmente, confirmar a inflexão na trajetória da demografia brasileira, caracterizada pela presença crescente dos segmentos etários idosos e decrescente de crianças, adolescentes e jovens.

As consequências ainda não estão totalmente identificadas, porém, estima-se a necessária mudança de rota em várias dimensões das políticas públicas. O envelhecimento em massa é algo novo, sob o qual diversas dimensões socioeconômicas e culturais, entre outras, precisam ser consideradas de forma totalizante, não mais fragmentadas como tem sido até então, próprias do Estado da era industrial que, no Brasil, passou a ser constituído a partir da Revolução de 1930.

Atualmente, um novo Estado digital precisa ganhar maior impulso e ação transformadora da realidade nacional. Para tanto, a mudança na atual participação do Brasil na divisão internacional do trabalho é fundamental, conforme o presidente Lula tem sempre insistido.

**R.E: O Censo de 2022 também mostrou que a população do país tem uma proporção de 94,2 homens para 100 mulheres, e que nos municípios de mais de 500 mil habitantes esta**

**proporção é de 88,9%. De que modo a ciência econômica poderia olhar para as mulheres com mais atenção, uma vez que elas são maioria na população brasileira?**

**M.P:** Na passagem da sociedade industrial para a de serviços da era digital, a perspectiva da moldagem fordista do labor ficou para trás. O trabalho reconhecido por regulação e proteção social e trabalhista, com identidade e pertencimento sindical, atingia apenas as atividades exercidas em locais determinados, todos, em geral, fora de casa (fábrica, escritório, comércio, banco e outros).

Neste contexto, a divisão sexual do trabalho impunha ao homem o trabalho fora de casa com a perspectiva fordista, em geral. Para a mulher, contudo, as dificuldades de acesso a perspectiva laboral equivalente ao homem terminaram sendo fontes de profundas desigualdades.

Nos dias de hoje, a transformação digital do labor humano abre outro horizonte para a classe trabalhadora, embora ainda pouco refletida no Brasil. Pesquisas e estudos produzidos pelo IBGE, não exclusivamente, podem colaborar com a produção de novos subsídios adequados e necessários ao inédito mundo do trabalho no país.

**R.E: Qual é o legado que o senhor gostaria de deixar ao final do seu período à frente do IBGE?**

**M.P:** Como democrata, penso que a nossa contribuição estará consagrada por meio da participação social na instituição, que conta com elevada competência e qualidade profissional no exercício de sua missão institucional. A construção do Singed, a modernização tecnológica, física e administrativa, a implementação do plano de carreira, cargos e remunerações, entre outras ações planejadoras da instituição, devem ser pautadas pela democracia e transparência que só a participação social possibilita realizar.



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

“

O IBGE precisa ser fortalecido, especialmente no poder de coletar informações e dados ao mesmo nível das *big techs* estrangeiras que operam no Brasil. Sem isso, o país compromete a sua soberania no plano dos dados, com um conjunto reduzido de grandes empresas privadas com mais informações e dados que o próprio IBGE e os governantes do País.”



# Planejamento, reindustrialização e a crise climática

Por André Roncaglia

O mundo vive um grave processo de mudança climática. Não há mais espaço para apostar em fazer as coisas do mesmo jeito. É preciso fazer de forma diferente. É preciso haver novas tecnologias de geração de energia, novas tecnologias de uso de materiais, novas tecnologias de produção, pois o mundo não suporta a repetição do mesmo padrão de desenvolvimento do passado. Esse processo tem gerado o aumento dos eventos climáticos extremos, como secas, enchentes, tempestades, gerando grandes prejuízos para a produção, sobretudo na agropecuária.

O planeta passa também por uma mudança demográfica. As pessoas estão vivendo mais, o que é bom, mas implica uma mudança no padrão da economia. As pessoas irão viver mais, trabalhar mais, utilizar mais serviços de previdência e de saúde.

A digitalização crescente da economia barateia as tecnologias de informação, as quais se tornaram insumos básicos, como energia, combustível, trabalho. Todos os setores usam tecnologia de informação. Isso destrói alguns empregos e gera outros. Os países que não enfrentarem essa mudança correm o risco de perder mais empregos do que ganhar.

Esses novos desafios, assim como os velhos desafios associados ao processo de desenvolvimento, requerem uma atuação coordenada por parte do Estado. O mercado, sozinho, não é capaz de resolver todos os problemas. É preciso haver regulação e planejamento. Alguns investimentos são muito grandes e demandam auxílio governamental

para sua execução. Outros são feitos independentemente por firmas pequenas e requerem alguma sinalização do Governo, uma previsão de demanda, de financiamento e, sim, de alguns incentivos temporários. Em outros casos, benefícios indiretos, relacionados à criação de mercados, redução de impacto ambiental, acúmulo de capacitação técnica ou redução de risco sistêmico, não são considerados pelo mercado, gerando subfinanciamento. A atuação do Estado, portanto, mostra-se crucial para auxiliar o mercado a atingir os resultados almejados pela sociedade.

## Doença Industrial Brasileira

A estrutura brasileira de produção passa por um processo de desindustrialização não apenas precoce, mas também muito acelerado. Um conjunto de causas explica essa perda de densidade industrial que o Brasil vem observando nos últimos 30 anos.

Em primeiro lugar, a combinação de taxa de câmbio sobrevalorizada e estrutura tributária altamente regressiva gera problemas de alocação e distribuição. Esse modelo resulta não só em má distribuição de renda e riqueza, como na distorção da composição setorial, afetando sobretudo a indústria de transformação e prejudicando, inclusive, nosso perfil exportador (concentrado em commodities de baixo valor agregado).

Em segundo lugar, o sistema econômico nacional ainda é insuficientemente integrado do ponto de vista territorial. A deficiência nas áreas de



**É preciso haver novas tecnologias de geração de energia, novas tecnologias de uso de materiais, novas tecnologias de produção, pois o mundo não suporta a repetição do mesmo padrão de desenvolvimento do passado."**



infraestrutura de transportes e telecomunicações acaba acelerando e ampliando os altos níveis de desigualdade regional, que limitam o dinamismo do mercado interno.

Em terceiro lugar, o sistema de financiamento brasileiro é disfuncional: é curto-prazista e viciado em ganhos financeiros e especulativos. Esse quadro exclui do seu arranjo de financiamento atividades que são mais arriscadas e demandam mais tempo: os setores de infraestrutura e os setores mais intensivos em pesquisa e desenvolvimento, onde há mais inovação.

Em quarto lugar, a nossa política monetária excessivamente sensível e responsiva a pressões inflacionárias de custos, por conta da volatilidade da taxa de juros, faz com que sejam abreviados os ciclos econômicos e provoca a inibição do entusiasmo empresarial por investimentos produtivos.

Sobre todos esses elementos paira um desafio saliente, a saber: a consolidação de um sistema nacional de inovação que oriente, de forma sistêmica, a iniciativa privada e a iniciativa estatal. O Brasil já detém capacidades instaladas montadas e também setores em que conseguimos



### **André Roncaglia**

Doutor em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP e professor adjunto do Departamento de Economia da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN-UNIFESP) Campus Osasco.



construir essas capacidades. A consolidação de um sistema nacional de inovação mais eficiente possibilitaria também a entrada em novos setores a partir da utilização das capacidades existentes combinada à aquisição de novas capacidades e conhecimentos.

O saudoso Prof. David Kupfer (2018) chamava isso de o miolo ausente da nossa economia. Kupfer designou de “doença industrial brasileira” o diagnóstico dessas restrições na área inovativa e do modelo macroeconômico brasileiro, que se manifesta em uma propensão a adiar investimentos da parte de investidores e empresários brasileiros, com um perfil comportamental curto-prazista e minimizador de custos.

Esta propensão do empresário brasileiro a postergar os investimentos se explicaria pela brevidade do ciclo econômico no Brasil, o que inibiria o entusiasmo empreendedor, no sentido utilizado por J.M. Keynes (animal spirits). Ciclos breves de expansão, acompanhados por uma recuperação muito lenta ou mesmo por uma estagnação depois das recessões, dificultam a manutenção de redes muito sofisticadas de fornecedores nacionais ao longo de toda a cadeia produtiva, exatamente porque a taxa de câmbio também acompanha esses ciclos e inibe o desenvolvimento ou mesmo a manutenção de setores inteiros, que acabam sendo desnacionalizados.

O desafio brasileiro, nesse sentido, é reconstruir nossas capacidades produtivas e tecnológicas, dentro de um plano de saída da crise

atual e entrada em um novo contexto internacional e em um novo modelo econômico nacional. Deve-se ter como meta gerar 20 milhões de empregos urbanos e garantir uma mínima segurança econômica a mais de 25 milhões de pessoas que hoje se encontram subocupadas, ou seja, que gostariam de fazer outras atividades, mas estão fazendo as atividades que conseguiram em meio à precarização do emprego e à estagnação de 8 anos (entre 2015 e 2022).

### **Planejamento orientado por valores**

Três valores precisam guiar a retomada do processo de desenvolvimento do Brasil, a saber: (i) a sofisticação produtiva, que envolve reindustrialização, inovação e progresso técnico; (ii) a digitalização da economia, que envolve a inclusão digital; e (iii) a transição verde.

A articulação desses três valores fomentará investimentos na área de infraestrutura —incluindo-se a reorganização e a reurbanização das nossas cidades em outras bases, com outros fins e com outra orientação — e também as consequências sociais que buscamos, como a formalização do emprego e a inclusão social de massas de trabalhadores que não detêm a capacitação necessária. A busca destes objetivos gerará emprego e renda, resgatando a economia em outras bases, produzindo-se um novo perfil econômico e produtivo.

Para isso, é preciso resgatar a capacidade de planejamento. É preciso resgatar essa palavra que vem sendo tão maltratada no debate



público brasileiro, com um medo injustificado em face de todas as transformações globais. Até mesmo os Estados Unidos têm um estado desenvolvimentista escondido, que aparece de maneira difusa (Wade, 2014). Uma perspectiva sistemicamente integrada permite identificar capacitações, por parte do Estado americano, que estão alinhados com essa perspectiva de planejamento e direcionamento da atividade econômica.

O papel da manufatura como motor do crescimento, da maneira como entendíamos no passado, vai ser reduzido, mas não vai ser eliminado. Possivelmente, ainda vamos ter a manufatura como uma fonte primária de geração de emprego e renda, mas também de difusão de progresso técnico (Rodrik, 2016; Felipe et al, 2019). Ou seja, o que está em jogo aqui é a definição do novo conceito de indústria e o entendimento de como vamos entrar nessa nova quadra histórica em que a indústria não está mais associada necessariamente a chão de fábrica, a grandes projetos fabris, mas sim à diversificação produtiva rumo a setores de alta tecnologia e a redes de atividades econômicas que são articuladas dentro de um processo produtivo, que está difuso, tanto no espaço, em termos dos países, quanto no que diz respeito à sua capacitação tecnológica.

O Brasil é um país rico em commodities, e está sendo beneficiado, do ponto de vista macroeconômico, com a elevação dos seus preços no mercado mundial. Nós podemos usar a renda de commodities agora para financiar o

desenvolvimento econômico e social, numa nova fase de diversificação produtiva rumo a setores de maior intensidade tecnológica.

O retrocesso da globalização na direção de diversificar a base produtiva por questões geoestratégicas (re-shoring, near-shoring e friend-shoring) permite ao Brasil ingressar em alguns setores nos quais hoje não somos relevantes ainda, tais como microprocessadores, eletroeletrônicos e medicamentos. Há capital humano e há recursos no Brasil para isso. Contudo, os resultados não virão espontaneamente pelas forças impessoais dos mercados.

### **Planejamento e Reindustrialização**

Inspirando-se na nomenclatura proposta por Celso Furtado, sete valores devem orientar um esforço de reconstrução da economia brasileira.

- (i) Reindustrialização, para ampliação do emprego e do valor adicionado, e uma inserção externa protagonista, e não subordinada.
- (ii) Promoção da inovação, de maneira que possa haver articulação, por exemplo, dentro do Governo, de vários órgãos de planejamento e execução, para atingir um determinado objetivo, como tornar o SUS novamente um grande produtor de insumos básicos para vacinas, resgatando uma capacidade perdida.
- (iii) Proteção do emprego, uma vez que a automação e a inovação tecnológica exigem

que se reveja a maneira como o trabalho é visto e como a sociedade vai dar suporte para que o trabalho garanta dignidade humana.

(iv) Investimento em infraestrutura verde e humana, que é exatamente o apreço pela primeira infância até a formação no ensino médio, quem sabe incluindo aqui o ensino superior e também a terceira idade, além do investimento em infraestrutura física, que vai lidar com todos os aspectos de mobilidade urbana, saneamento, telecomunicações e daí por diante.

(v) Inclusão digital, uma vez que a sociedade atual demanda conectividade não só para a inserção no ambiente de trabalho, mas também como forma de acessar de forma mais eficiente serviços públicos e privados.

(vi) Transição verde se tornou um imperativo diante da emergência climática vivida pelo mundo e em função dos grandes impactos negativos

sobre a produção ocasionados pelo aumento dos eventos climáticos extremos.

(vii) Redução de desigualdades impulsiona o desenvolvimento, não só por elevar o tamanho do mercado doméstico, incentivando assim produção e inovação, mas também garantindo o melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes no país.

Neste sentido, a retomada do processo de desenvolvimento do Brasil requer a elaboração de uma estratégia que busca lidar não só com os enormes desafios enfrentados em âmbito global, como enfrenta os desafios relacionados especificamente ao contexto brasileiro. A elaboração dessa estratégia esbarra em dois problemas centrais: (i) a disponibilidade de recursos financeiros e humanos para sua implementação; e (ii) a recuperação da estrutura de planejamento estatal brasileira.



**Para posicionar a política industrial e tecnológica no centro da política econômica, é crucial aumentar a articulação do Ministério do Planejamento com os Ministérios da Fazenda, da Gestão e Inovação e o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços."**

A escassez de recursos para elaboração e execução de um projeto de desenvolvimento amplo que busque lidar com os diversos desafios enfrentados pelo país deve ser interpretada de forma ampla. Essa escassez diz respeito às capacidades empreendedoras, conforme ressaltado por Hirschman (1958), aos recursos humanos, ao conhecimento científico e, sobretudo, ao conhecimento tácito. Acumular tais recursos leva tempo e requer esforço. Além disso, instituições-chave não são bem estruturadas ou são simplesmente inexistentes, como é característico de Sistemas Nacionais de Inovação imaturos.

Esse quadro é agravado pelas restrições fiscais e externas mais estreitas verificadas em países subdesenvolvidos. Em particular, em função da estrutura produtiva menos diversificada, estímulos fiscais tendem a impactar mais rapidamente a inflação, desencadeando políticas monetárias restritivas que dificultam a continuidade do processo de desenvolvimento.

A reconstrução do aparato de planejamento do país exige a modernização das práticas e instrumentos utilizados na promoção do desenvolvimento econômico e tecnológico. Para posicionar a política industrial e tecnológica no centro

da política econômica, é crucial aumentar a articulação do Ministério do Planejamento com os Ministérios da Fazenda, da Gestão e Inovação e o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A coordenação e o monitoramento potencializam o impacto das diversas políticas públicas.

O Brasil precisa lutar por sua soberania nacional nos planos tecnológico, militar, sanitário e digital. É preciso superar a subordinação econômica ao centro do capitalismo internacional, sob pena de reproduzir na economia digital o papel de mero exportador de matéria-prima, considerando aqui os dados dos seus cidadãos, que vão alimentar os motores de processamento da inteligência artificial nos países desenvolvidos.

Como ensinou Celso Furtado, o desafio inicial é abandonar a lógica dos meios, em que os mercados vão regular e definir as prioridades por nós, e ir na direção de uma lógica de fins, incluindo os rumos do desenvolvimento na nossa concepção de democracia. Fazendo isso conseguiremos atingir o objetivo de inclusão produtiva, de maneira a gerar todos os benefícios, principalmente a ampliação dos horizontes de avaliação e de planejamento da nossa economia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELIPE, J., MEHTA, A., RHEE, C. (2019). "Manufacturing matters...but it's the jobs that count", Cambridge Journal of Economics, vol. 43, p. 139–168.

HIRSCHMAN, A. (1958) The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press.

KUPFER, David (2018). "Miolo ausente." Jornal Valor Econômico, 19/02/2018.

WADE, R. (2014) "The paradox of US industrial policy: The developmental state in disguise" In: Salazar-Xirinachs, J. et al (Eds.) Transforming Economies: Making industrial policy work for growth, jobs and development, Geneva: ILO, p. 379-400.

# Reindustrialização como alavanca para a retomada do desenvolvimento econômico no Brasil

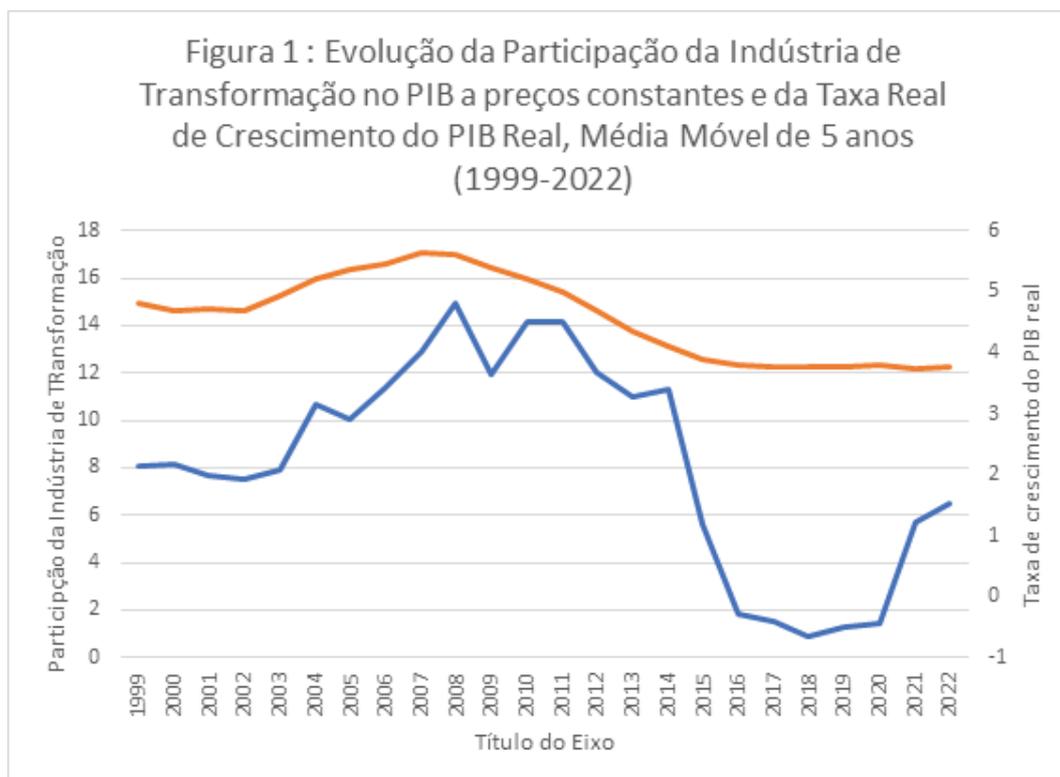
Por José Luis Oreiro

O desenvolvimento econômico é definido como um processo de mudança estrutural com incorporação de progresso técnico no qual o valor adicionado por trabalhador aumenta de forma cumulativa ao longo do tempo, permitindo um aumento dos salários reais e do padrão de vida da população, o qual envolve, entre outros elementos, uma redução secular da jornada de trabalho, permitindo assim que a classe trabalhadora possa dedicar uma parcela maior de tempo para atividades extraeconômicas (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi, 2015). A mudança estrutural é definida como a transferência de mão-de-obra de setores com menor valor adicionado por trabalhador para setores com maior valor adicionado por trabalhador. Historicamente, esse processo de mudança estrutural esteve associado com o aumento da participação da indústria de transformação no PIB e no emprego total das economias capitalistas. A incorporação de progresso técnico, por sua vez, exige o investimento em novas máquinas e equipamentos, os quais incorporam as novas tecnologias decorrentes do avanço da fronteira tecnológica resultante dos investimentos públicos e privados em Pesquisa e Desenvolvimento (Mazzucato, 2014). Também é necessário que ocorra um aumento contínuo, do número médio de anos de escolaridade da população, notadamente da parcela da população com mais de 25 anos (Ros, 2013, capítulo 1).

Numa amostra com 87 países para o período 1970-2008, Ros (2013) mostra que, considerando apenas os determinantes próximos do crescimento (Maddison, 1988), a taxa de crescimento do capital por trabalhador apresenta a maior influência (positiva) sistemática sobre o crescimento do valor adicionado por trabalhador, sendo a principal variável explicativa para a alta performance dos países de crescimento elevado da amostra. O nível inicial de educação (1970) e a taxa de progresso da educação, ou seja, a taxa de crescimento do número médio de anos de estudo da população com mais de 25 anos, embora possuam coeficientes positivos e estatisticamente significativos, nas equações de regressão, têm uma contribuição significativamente menor para o crescimento do valor adicionado per capita. Contudo, quando se substitui a taxa de crescimento do capital por trabalhador e a taxa de crescimento do número médio de anos de estudo da população com mais de 25 anos pela taxa de crescimento da participação do emprego industrial no emprego total no período 1970-2008, chega-se à conclusão de que a taxa de crescimento do emprego industrial é a variável que isoladamente tem a maior influência sistemática sobre a taxa de crescimento do valor adicionado per capita. Em outras palavras, a indústria de transformação é o motor do crescimento de longo prazo (Thirlwall, 2013, pp. 43-53).

Entre 1999 e 2008 o Brasil experimentou um processo de aceleração do crescimento do PIB real, o qual passou de 2,19% a.a. em 1999 para 4,81% a.a, ambos os valores calculados pela média móvel de 5 anos. Durante esse mesmo período, a participação da indústria de transformação no PIB a preços correntes, na média móvel de 5 anos, passou de 14,91% em 1999 para 16,97% em 2008. A partir da crise financeira internacional de 2008, contudo, se inicia um processo de desaceleração do crescimento da economia brasileira, o qual irá se aprofundar a partir de 2014, quando exibe um valor de 3,38% na média móvel de 5 anos, chegando a -0,64%

a.a. em 2018. Esse movimento foi acompanhado de um intenso processo de desindustrialização da economia brasileira, no qual a participação da indústria de transformação a preços correntes caiu de 16,97% em 2008 para 12,28% em 2018, ambos os valores calculados com base na média móvel de 5 anos (Ver figura 1). De 2019 a 2022 observa-se uma recuperação parcial do crescimento real do PIB brasileiro, o qual atinge a marca de 1,52% a.a. na média móvel de 5 anos em 2022, valor 30% inferior ao verificado em 1999. A participação da indústria de transformação no PIB se estabilizou em torno de 12%, valor 19,51% mais baixo do que o verificado em 1999.



Fonte: IPEADATA. Elaboração do autor

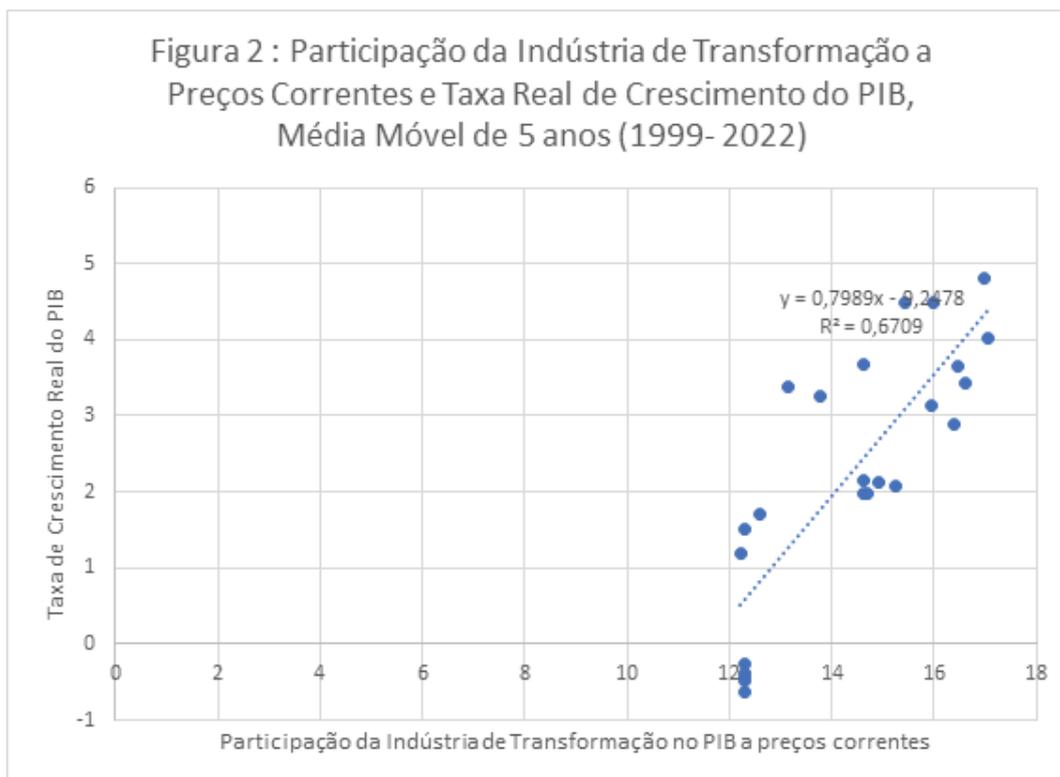


### José Luis Oreiro

Professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, professor do Programa de Doutorado em Integração Econômica da Universidade do País Basco (Bilbao/Espanha), pesquisador nível I do CNPq e coordenador do grupo de pesquisa Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento.

Quando calculamos a correlação entre as séries de participação da indústria de transformação no PIB a preços correntes e taxa real de crescimento do PIB real para o período 1999-2022, verificamos que o valor encontrado é de 0.82, o que caracteriza a existência de uma forte correlação positiva entre as séries. Como a participação da indústria de transformação reflete a estrutura e composição da produção, sendo uma variável de natureza estrutural, podemos considerar a mesma como variável independente num exercício de regressão linear simples entre as duas séries em consideração. Os resultados dessa regressão podem ser visualizados na Figura 2 abaixo.

Tanto o cálculo da correlação entre as duas séries de tempo como o exercício de regressão deixam pouca margem para a dúvida de que a desaceleração do crescimento da economia brasileira nos últimos 15 anos tem na desindustrialização uma de suas principais causas. Resta saber quais as causas desse processo de mudança estrutural.



Fonte: IPEADATA. Elaboração do autor.



Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, o debate sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira foi finalmente desinterditado. Após anos a fio de discussões jurássicas sobre o sacrossanto “Teto de Gastos”, o novo governo aparenta estar disposto a retomar a agenda de desenvolvimento econômico e encarar de frente o fato, hoje indiscutível, de que o Brasil vivenciou, no período 1991-2019, conforme Figura 3, o mais intenso processo de desindustrialização no mundo, maior inclusive do que verificado pela economia da Argentina.

Figura 3: Participação da Indústria de Transformação no PIB, Países Selecionados (1991-2019)

Continente/País	1991	2019	Var (%)
<b>América do Sul</b>	<b>21,37</b>	<b>12,46</b>	<b>-8,91</b>
Argentina	24,38	13,50	-10,88
Brasil	21,83	10,33	-11,50
Colombia	17,90	13,54	-4,36
<b>Europa</b>	<b>18,91</b>	<b>15,33</b>	<b>-3,58</b>
Alemanha	24,84	19,55	-5,29
Dinamarca	14,64	13,40	-1,24
Espanha(*)	16,26	10,91	-5,35
Itália	19,09	14,88	-4,21
Suíça	19,74	17,92	-1,82
<b>Leste da Ásia</b>	<b>24,32</b>	<b>22,64</b>	<b>-1,69</b>
Coréia do Sul	25,18	25,22	0,04
Japão (**)	23,46	20,05	-3,41

Fonte: Banco Mundial. Elaboração do Autor. (\*) A partir de 1995; (\*\*) A partir de 1994.



**O novo governo aparenta estar disposto a retomar a agenda de desenvolvimento econômico e encarar de frente o fato, hoje indiscutível, de que o Brasil vivenciou, no período 1991–2019, o mais intenso processo de desindustrialização no mundo."**

Os dados apresentados na Figura 3 acima nos permitem tirar algumas conclusões. A primeira é que a desindustrialização, embora seja um fenômeno comum aos países da amostra, não é algo inevitável. Com efeito, a participação da indústria no PIB da Coréia do Sul manteve-se estável no período analisado, ao passo que países de renda alta como a Dinamarca e a Suíça apresentaram uma pequena queda da participação da indústria no PIB. Em segundo lugar, as grandes economias da América do Sul não só passaram por um processo de desindustrialização mais intenso do que o observado nos países europeus, como ainda reduziram a participação da indústria no PIB a um patamar inferior ao verificado nos países da Europa e do Leste Asiático, os quais têm uma renda per capita muito mais alta do que as economias da América do Sul. Em suma, a desindustrialização da América do Sul é um fenômeno diferente da desindustrialização observada nos países de renda alta.

Para que possamos entender a natureza da diferença entre os dois processos, temos inicialmente que retomar a discussão feita no início deste artigo sobre a natureza do processo de desenvolvimento econômico. Vimos que o desenvolvimento econômico tem como um de seus determinantes a mudança estrutural, ou seja, a transferência de mão de obra dos setores com menor valor adicionado por trabalhador para os setores de maior valor adicionado por trabalhador. Trata-se do que é denominado de “sophistication produtiva” na literatura novo-desenvolvimentista ou “complexidade econômica” por Hidalgo e Hausmann (2009). Nos estágios iniciais do processo de desenvolvimento econômico, aquilo que Rostow (1960) denominou de “decolagem”, ocorre uma grande transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria. É a fase da “Revolução Industrial”, na qual a participação da indústria de transformação no PIB e no emprego aumentam de forma contínua, proporcionando uma “aceleração do crescimento” do PIB per capita. Todos os países de renda alta passaram, em algum momento, por esse processo.

A partir de certo nível de renda per capita, contudo, ocorre uma diversificação crescente da demanda de consumo das famílias, as quais passam a demandar uma quantidade cada vez

maior de serviços, muitos dos quais são direta ou indiretamente ligados à indústria. Nesse contexto, a participação da indústria de transformação no PIB e no emprego irá começar um processo de declínio “natural”, o qual pode ser retardado por “políticas neomercantilistas” que visem ampliar as exportações de produtos manufaturados para compensar a queda relativa da demanda doméstica. Essas políticas parecem ter sido bem-sucedidas nos casos da Dinamarca e Suíça, países de renda alta da Europa que tiveram uma redução modesta ou pequena da participação da indústria de transformação no PIB.

Esse não foi o caso dos países da América do Sul, notadamente o Brasil, os quais se desindustrializaram antes de se tornarem países de renda alta ou de terem se tornado economias maduras (Kaldor, 1967), ou seja, economias nas quais a mão de obra já foi totalmente transferida do setor tradicional ou de subsistência para o setor moderno ou capitalista. Trata-se daquilo que Rodrik (2016) denominou de desindustrialização prematura. Com base na análise da estrutura do mercado de trabalho do Brasil e na avaliação da qualidade do emprego feita por Oreiro et al (2023) pode-se claramente perceber que o Brasil está muito longe de ter ultrapassado o ponto de Lewis (1954) no qual toda a mão de obra já foi transferida para o setor moderno da economia, de forma que a desindustrialização brasileira é de natureza precoce.

Ao contrário da desindustrialização natural, fenômeno associado à mudança na composição da demanda de consumo nos países de renda alta, a desindustrialização precoce está associada com a adoção de políticas econômicas neoliberais associadas ao consenso de Washington a partir da década de 1990.

Com efeito, as economias da América do Sul adotaram políticas de liberalização comercial e financeira a partir dos anos 1990, com a redução generalizada das alíquotas de importação, abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos, sobrevalorização cambial como instrumento básico de controle da inflação, redução da participação do Estado na economia por intermédio da privatização de empresas estatais e redução do financiamento estatal para o investimento em infraestrutura e atualização tecnológica do parque industrial.

No caso Brasileiro, Oreiro, Manarin e Gala (2020) avaliam os determinantes da redução da participação da indústria de transformação no PIB para o período 1998-2017. A partir de um modelo econométrico no qual a participação da indústria de transformação no PIB está determinada pela competitividade preço (taxa real de câmbio) e competitividade extrapreço (hiato tecnológico), os autores mostram que cerca de 40% da desindustrialização verificada na economia brasileira deve-se a sobrevalorização da taxa de câmbio e 60% deve-se ao aumento da distância da indústria brasileira com respeito à fronteira tecnológica.

Não existe nada de natural ou inevitável num processo de desindustrialização que resultou de câmbio sobrevalorizado e aumento do hiato tecnológico. O desafio para a reindustrialização do Brasil passa pela adoção de políticas corretas que neutralizem essas causas. Dessa forma, se faz necessário uma mudança no regime de política macroeconômica no Brasil que permita a obtenção de uma taxa

real de câmbio estável, competitiva e sustentável no médio de longo-prazo (Frenkel, 2014). Esse novo regime de política macroeconômica deve envolver a introdução de controles à entrada de capitais estrangeiros, imposto de exportação de commodities e desindexação da economia (Oreiro e Costa Santos, 2023) para permitir a obtenção da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional com níveis mais baixos de taxa de juros.

A redução do hiato tecnológico exige a adoção de políticas industriais seletivas baseadas no princípio da reciprocidade (Amsden, 2004, p. 38), ou seja, os incentivos dados às empresas industriais para aumentarem a sua capacitação tecnológica têm que estar atrelados à obtenção de padrões de desempenho monitoráveis, por natureza redistributivos e concentrados nos resultados, principalmente em termos de aumento das exportações e conquista de mercados externos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amsden, A. (2004). *A Ascensão do Resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora Unesp.

Bresser-Pereira, L.C; Oreiro, J.L; Marconi, N. (2015). *Developmental Macroeconomics: new-developmentalism as a growth strategy*. Londres: Routledge

Frenkel, R. (2014). "How to manage a sustainable and stable competitive real exchange" In: BRESSER-PEREIRA, L.C; KREGEL, J; BURLAMAQUI, L. (Eds). *Financial Stability and Growth: Perspectives of Financial Regulation and New-Developmentalism*. Londres: Routledge  
Hidalgo, C. A.; Hausmann, R. (2009). The building blocks of economic Complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 106(26), 10570–10575.

Lewis, W. A. (1954). "Economic development with unlimited supplies of labour". *The Manchester School of Economic and Social Studies*, 28: 139-91

Oreiro, J. L. C.; Santos, J. F. C. (2023). "The Unfinished Stabilization of the Real Plan". In: Fernando Ferrari Filho; Luiz Fernando de Paula. (Org.). *Central Banks and Monetary Regimes in Emerging Economies*. 1ed.Chenttenham: Edward Elgar, v. 1, p. 61-81.

Oreiro, J. L. C.; Gabriel, L. F. ; Damato, S. ; Silva, K. M. (2023). *LABOUR MARKET REFORMS IN BRAZIL (2017-2021): AN ANALYSIS OF THE EFFECTS OF RECENT FLEXIBILIZATION ON LABOR MARKET LEGISLATION*. *Panoeconomicus*, v. 70, p. 601-625,

Oreiro, J. L., Manarin, L. L., Gala, P. (2022). Deindustrialization, economic complexity, and exchange rate overvaluation: the case of Brazil (1998-2017). *PSL Quarterly Review*, 73(295), 313–341

Mazzucato, M. (2014). *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo. Editora Schwarcz.

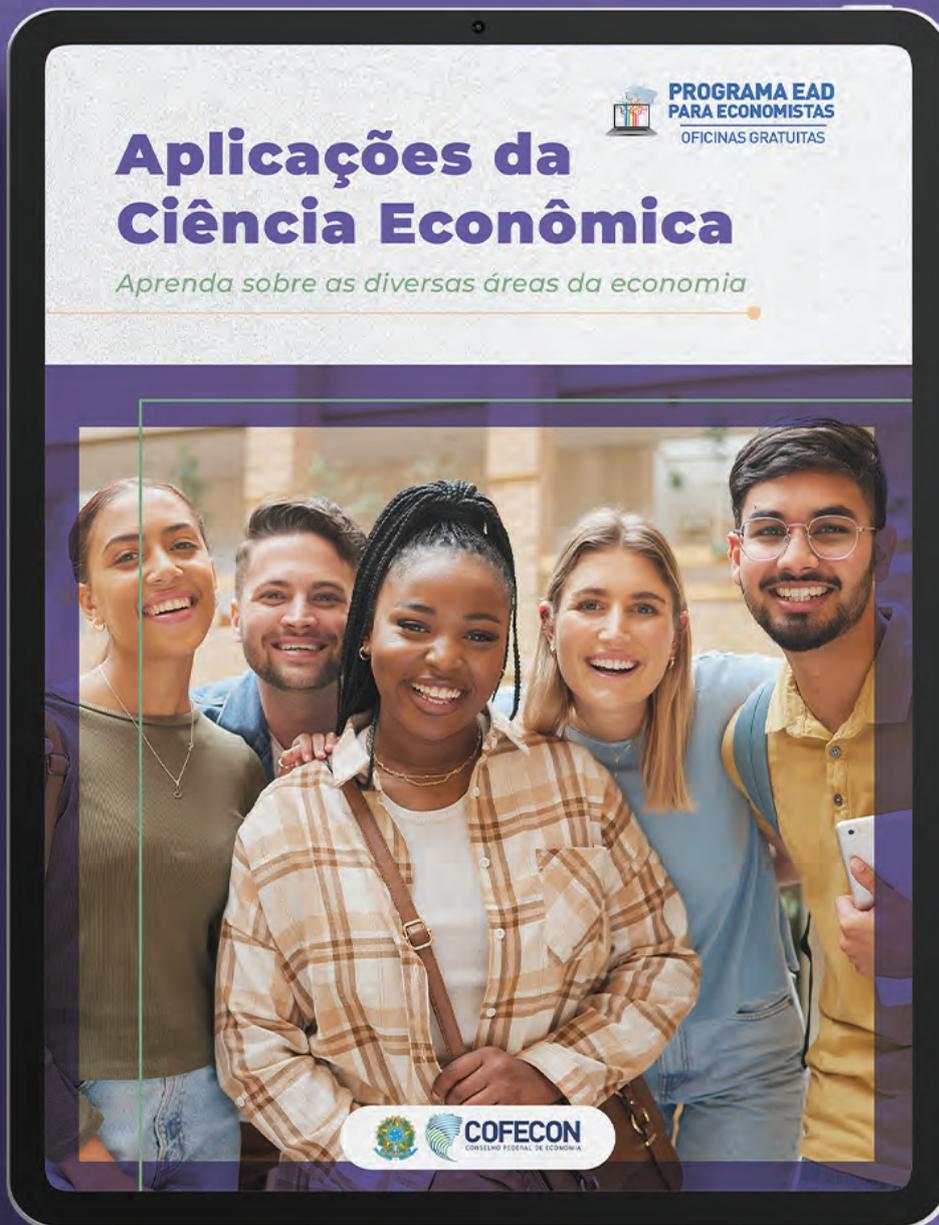
Rodrik, D. (2016). "Premature Deindustrialization". *Journal of Economic Growth*, Vol.21, Issue 1, pp. 1-33.

Ros, J. (2013). *Rethinking Economic Development, Growth and Institutions*. Oxford: Oxford University Press.

Rostow, W.W. (1960). *The Stages of Economic Growth*. Cambridge: Cambridge University Press

Thirwall, A.P (2013). *Economic Growth in an open Developing Economy*. Edward Elgar: Cheltenham

# Cofecon lança e-book *Aplicações da Ciência Econômica*



**SAIBA MAIS!**

Aponte a câmera do  
seu celular para o  
código QR!



# Uma agenda para o desenvolvimento do Brasil: Novo PAC e BNDES

Por André Paiva Ramos e Nelson Barbosa

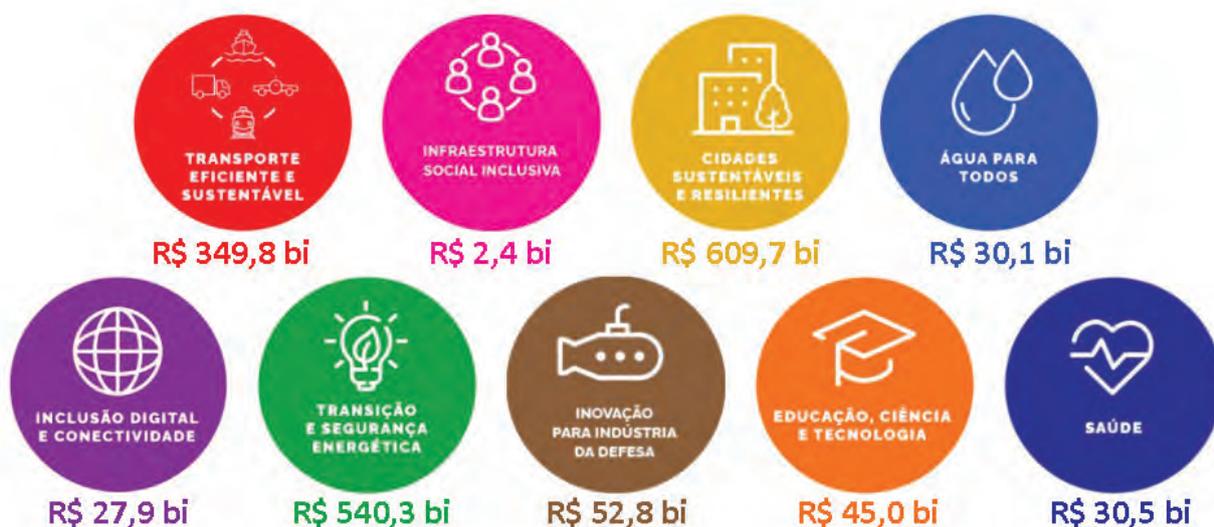
A economia brasileira apresentou um fraco e instável ritmo de crescimento econômico ao longo dos últimos anos. A piora do nível de investimentos e a continuidade da tendência de desindustrialização, com rupturas de elos importantes das cadeias produtivas, foram fatores que impactaram forte e diretamente a capacidade de uma retomada mais consistente da economia, com geração de emprego e renda e com avanços e melhorias tecnológicas e de produtividade. Essa situação deteriorou as expectativas, gerou incertezas e afetou os cálculos de viabilidade econômica de projetos de investimentos e a captação de recursos por meio do mercado bancário ou do mercado de capitais. Com o objetivo de conter e criar condições para reverter esse quadro, o Governo Federal anunciou o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) com a participação direta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), focado em fomentar e direcionar uma agenda

de desenvolvimento com sustentabilidade, do curto ao longo prazo.

O Novo PAC baseia-se no papel indutor do Estado para impulsionar a retomada dos investimentos de forma integrada com o setor privado e com a agenda socioambiental. Assim, o Programa visa a fomentar e orientar a direção dos investimentos na economia brasileira, tanto públicos (nas esferas federal, estaduais e municipais) quanto privados (nos diferentes setores e regiões do país).

O Novo PAC prevê um montante de R\$ 1,7 trilhão em investimentos públicos e privados, sendo R\$ 1,4 trilhão em 2023-26 e R\$ 0,3 trilhão após 2026. Do total, a previsão é que R\$ 371 bilhões serão do Orçamento da União, R\$ 612 bilhões do setor privado, R\$ 343 bilhões das estatais, especialmente da Petrobras, e R\$ 362 bilhões de financiamentos. Esse Programa engloba 9 eixos de investimentos, descritos na Figura 1.

Figura 1 Novo PAC: 9 eixos de investimentos e previsão de investimentos



Fonte e elaboração: Casa Civil- Governo Federal e BNDES.

Além da preocupação com a geração de emprego e renda nas diferentes localidades, o Novo PAC demonstra outros objetivos para enfrentar os principais desafios da atualidade. Dentre esses objetivos, destacam-se: i) reestruturar e potencializar cadeias produtivas, locais e regionais; ii) estimular a neointustrialização; iii) fortalecer a infraestrutura

de logística e transportes e de energia; iv) retomar obras paradas; v) fomentar avanços tecnológicos e inovações; vi) conduzir a transição energética e a descarbonização e combater a emergência climática; vii) impulsionar a economia verde, a gestão de resíduos e a economia circular; viii) universalizar a conectividade e a digitalização; ix) promover a inclusão social e a segurança



### André Paiva Ramos

Bacharel e Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Doutorando em Economia na UnB. Integra o grupo de Pesquisas em Desenvolvimento e Política Econômica da PUC-SP. É Diretor do Sindecon-SP. É economista da Redes e da Specs Consultores. É autor de artigos e capítulos de livros publicados;



### Nelson Barbosa

Ph.D em Economia pela New School for Social Research (Nova Iorque, EUA) e foi Ministro da Fazenda (2016) e Ministro do Planejamento (2015) do Brasil. É professor da UnB e da FGV e atual diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES.

alimentar; e x) ampliar a infraestrutura social (habitação, saúde e educação), o saneamento e o acesso a água potável.

O programa anunciado também apresenta um conjunto de medidas institucionais focadas no aperfeiçoamento do ambiente regulatório e do licenciamento ambiental, na expansão do crédito e incentivos econômicos, no aprimoramento de mecanismos de concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs), nos incentivos à transição ecológica e no planejamento, gestão e compras públicas.

O Novo PAC teve importante atuação e contribuição do BNDES para a sua idealização e estruturação. Após uma redução expressiva na atuação ao longo dos últimos anos, a atual gestão do BNDES tem proposto novas diretrizes estratégicas para retomar a relevância do banco no fomento ao desenvolvimento econômico do Brasil em termos quantitativos e qualitativos. As novas diretrizes do BNDES estão em consonância com as do Novo PAC, especialmente no foco no crescimento econômico social e ambientalmente responsável para as diferentes regiões e localidades do país.

O BNDES terá papel relevante para fortalecer e viabilizar, por meio de estudos técnicos e linhas de financiamento de longo prazo, a execução de muitos projetos incluídos no Novo PAC. Nesse sentido, destaca-se o recente acordo de cooperação técnica entre o BNDES e a Petrobras. Esse acordo visa a transformar a

empresa estatal em uma referência também na área de energia renovável, com base em inovação, transição energética e reindustrialização da cadeia produtiva.

Diante da atual política monetária contracionista, com uma taxa Selic em termos reais (descontada a inflação) significativamente elevada, e com um mercado de crédito brasileiro restrito e muito oneroso aos tomadores finais, inclusive com linhas de financiamento com prazos curtos e insuficientes para o setor produtivo, o BNDES tem um papel essencial para viabilizar tomadas de decisões de produção e de investimento, especialmente os de longo prazo. Historicamente, esse banco de fomento tem sido uma instituição que oferta linhas de financiamento de longo prazo em condições compatíveis com a viabilidade econômico-financeira e com a rentabilidade esperada do setor produtivo e de projetos de investimento de longa maturação, especialmente de infraestrutura. Ressalte-se que, no atual reposicionamento do banco, a sua atuação visa a ser complementar e parceira do setor privado, inclusive para o alongamento de prazos e a melhoria nas condições de linhas de financiamento ofertadas aos tomadores de recursos.

Porém, devido às atuais restrições fiscais, o reposicionamento estratégico do BNDES tem buscado novas fontes de funding para garantir a oferta de linhas de crédito nas condições compatíveis mencionadas acima. Desta forma, além de ampliar captações externas com instituições de fomento internacionais, tais como o Banco dos BRICS, a nova gestão tem promovido parcerias internacionais para atração de recursos e para gestão, como no caso do Fundo da Amazônia e demais ações para sustentabilidade ambiental e transição energética e ecológica. Além disso, a nova diretoria do Banco propôs a criação da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD) como um instrumento de captação de recursos no mercado de capitais (ainda em processo de aprovação no Legislativo), a ampliação do Fundo Clima com captação de recursos via emissão de Green Bonds pelo Tesouro nacional (o que deve atingir pelo menos R\$ 10 bilhões por



**O Novo PAC baseia-se no papel indutor do Estado para impulsionar a retomada dos investimentos de forma integrada com o setor privado e com a agenda socioambiental."**

ano, a partir de 2024) e a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS) para replicar a atuação do Fundo Clima, só que focada na infraestrutura social.

Desta forma, o Novo PAC e a atuação estratégica do BNDES, ao orientarem e guiarem a direção do desenvolvimento para o setor privado, objetivam fortalecer e fomentar o crescimento econômico, inclusive por meio de concessões e PPPs. Além de impulsionar o efeito multiplicador e o efeito *crowding in* ao longo de diversas cadeias produtivas, de melhorar a competitividade do setor produtivo doméstico e de reduzir incertezas, o Novo PAC e o BNDES têm papel relevante na estabilização de ciclos econômicos, especialmente por meio da potencialização e celeridade em uma eventual necessidade de atuação anticíclica. Ademais, o fortalecimento do lado da oferta da economia,

com a incorporação de inovações e avanços tecnológicos e com aumento de capacidade instalada e de produtividade nos diferentes níveis tecnológicos de produção, impulsionará a geração de emprego e renda e a demanda agregada, assim como o potencial crescimento econômico e a melhora das condições de vida da sociedade.

Na atual agenda brasileira para o desenvolvimento econômico, social e regional, com responsabilidade ambiental, o Novo PAC tem papel primordial para guiar e induzir processos de tomada de decisões de investimentos e de produção, tendo o BNDES relevante protagonismo, tanto na avaliação e estruturação dos projetos do setor público, do setor privado ou de PPPs e concessões, quanto na oferta de linhas de financiamento em condições adequadas às diferentes finalidades.



**Além de ampliar captações externas com instituições de fomento internacionais, tais como Banco dos BRICS, a nova gestão tem promovido parcerias internacionais para atração de recursos e para gestão, como no caso do Fundo da Amazônia e demais ações para sustentabilidade ambiental e transição energética e ecológica."**



# O que o XXV Congresso Brasileiro de Economia teve de melhor

**Por Manoel Castanho, jornalista da  
Coordenação de Comunicação**

Nos dias 07 a 09 de novembro foi realizado em São Luís, Maranhão, o XXV Congresso Brasileiro de Economia (CBE). O evento – promovido pelo Cofecon a cada dois anos – teve como tema “Um novo futuro: desenvolvimento, planejamento e sustentabilidade” e contou com muitos debates, cursos, painéis, apresentações de trabalhos, entregas de prêmios e outras atividades, tornando a capital maranhense o centro do debate econômico brasileiro durante os dias de evento.

“Escolhemos com bastante cuidado o tema. Falar de planejamento e desenvolvimento parece algo batido, mas vamos tratar de algo que perpassa todas estas áreas, que é a sustentabilidade”, expressou o presidente do Corecon-MA, Marcello Duailibe, na solenidade de abertura – que contou com a presença de 400 pessoas, além dos participantes inscritas para participar remotamente.

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, abordou a necessidade de combater a fome e a pobreza no mundo – e mencionou iniciativas recentes que não avançaram. Assim, defendeu a adoção de um imposto sobre as operações cambiais internacionais – nos moldes da chamada Taxa Tobin. “Ele não afetaria a livre movimentação de capitais, gerando arrecadação fora dos orçamentos nacionais, e poderia contribuir no enfrentamento à movimentação de dinheiro sujo e no esvaziamento dos paraísos fiscais”, argumentou. E trouxe ao evento uma mensagem de paz: “É inconcebível que, passados mais de 20 anos

do terceiro milênio, mulheres e homens do nosso tempo ainda assistimos humanos destruindo humanos, inclusive mulheres, crianças e idosos”.

## **Palestra magna**

Na palestra magna, o economista italiano Vito Tanzi contextualizou a origem das ideias de livre mercado, abordou a importância do planejamento, destacou que o crescimento econômico das últimas décadas tem beneficiado mais as camadas de renda mais alta e mencionou que as mudanças climáticas acrescentaram um elemento novo à economia. Ele citou os erros mais comuns que os formuladores de políticas devem evitar: “Devem promover políticas economicamente eficientes, equitativas e sustentáveis, não focadas em eventos estatisticamente arriscados, nem concentradas exclusivamente no crescimento ou na equidade”, comentou.

A ideia do livre mercado se desenvolveu no contexto do mercantilismo como prática vigente. Ficou evidente, comentou Tanzi, que o *laissez-faire* poderia levar a uma concentração significativa de renda, demandando papéis diferentes e crescentes nas economias por parte dos governos. Quanto mais avançada for uma economia, maior será a necessidade de bens públicos - e de impostos para financiá-los. “A visão de indivíduos libertários, de que uma economia pode funcionar com pouco ou quase nenhum papel do governo, é um sonho de verão”, ponderou. “A determinação do nível ótimo de intervenção governamental é um dos problemas mais difíceis na economia”. Vasta literatura tem sido produzida sobre cresci-



mento e redução de pobreza – mas a tendência tem sido avaliar os resultados econômicos em termos de crescimento, e não de bem-estar. “Nas últimas quatro décadas, o aumento da renda dos países foi direcionado principalmente para aqueles no topo da distribuição de renda”, afirmou. Nos últimos anos, o crescimento ganhou uma variável importante: as mudanças climáticas. “Elas geram custos reais, que tendem a ser ignorados pelas estatísticas oficiais. Estão criando problemas econômicos novos e difíceis de resolver, com impactos significativos, mas ainda não há instituições globais com poder para frear este processo”.

### **Eixo 1: Planejamento**

Os debates do CBE tiveram três eixos principais: planejamento, desenvolvimento e sustentabilidade. No eixo planejamento, a primeira mesa

abordou a economia brasileira. Fernando Mattos tratou do planejamento como ideia típica do nacional desenvolvimentismo. No Brasil, assumiu uma forma definida entre 1945 e 1964. “O legado de Juscelino Kubitschek foi mantido pelo regime militar até o advento dos anos 1980. Tínhamos o maior parque industrial do Hemisfério Sul. Os governos petistas trouxeram inclusão social, mas não tiveram êxito em reverter a desindustrialização”, apontou.

Antonio Corrêa de Lacerda comentou que, no governo atual resgatou “já na transição, as funções clássicas da política econômica: Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, e foi criado um ministério que trata da gestão e inovação no setor público”. Entre os problemas atuais, destacou o baixo nível de investimentos e a alta taxa de juros: “Há uma clara distorção entre o tamanho da dívida e o custo do seu financiamento no Brasil”.



**“[O imposto sobre as operações cambiais internacionais] não afetaria a livre movimentação de capitais, gerando arrecadação fora dos orçamentos nacionais, e poderia contribuir no enfrentamento à movimentação de dinheiro sujo e no esvaziamento dos paraísos fiscais”.**

**– Paulo Dantas da Costa**

Economista Paulo Dantas da Costa, presidente do Cofecon, na abertura do XXV Congresso Brasileiro de Economia.



Luiz Carlos Bresser Pereira, ao questionar o quadro de semiestagnação desde os anos 80, trouxe ao debate a teoria do novo desenvolvimentismo. “Temos a queda da poupança pública. Ela financiava os investimentos, que eram elevados. Com a crise da dívida externa, as estatais foram usadas para se endividar no exterior e combater a inflação segurando seus preços. A poupança pública caiu verticalmente”. Ele vê a necessidade de zerar o déficit em conta corrente, mas os governos acabam caindo na armadilha do populismo cambial.

Na mesa sobre desenvolvimento regional, Aristides Monteiro Neto contextualizou as ações realizadas pelos governos desde os anos 50. “Não podemos fazer as políticas do passado. Os recursos dos bancos públicos estão sendo captados pelo capital agrícola. Precisamos avançar com uma agenda de desenvolvimento regional baseada na inovação, conhecimento e sustentabilidade ambiental”, expressou.

Luiz Alberto Esteves falou sobre o financiamento do desenvolvimento e explicou o processo de convergência, quando uma região que ficou para trás começa a crescer mais que as outras, diminuindo a diferença. “Aconteceu no Nordeste, de 2000 a 2015, crescendo um ponto percentual acima da média nacional. Depois tivemos a crise econômica, a pandemia, mas este processo ainda não havia se esgotado. Se acontecer na próxima década, ainda é pouco para tirar a diferença”, comentou Esteves.

Tania Bacelar tratou da trajetória do planejamento e do desenvolvimento regional e da implementação de políticas públicas. “Faço outra leitura, a da maravilhosa diversidade do Brasil: seis biomas, um processo de ocupação humana diferente, a Amazônia de um jeito, o Nordeste de outro, o Centro-Oeste, o Sul. Temos uma diversidade cultural, e por aqui passa a valorização da economia criativa e do turismo, um ativo estratégico do País”, avaliou.

Na mesa sobre finanças públicas, José Roberto Afonso contextualizou a discussão num mundo digital, verde e inclusivo. O Brasil precisa direcionar esforços para uma governança fiscal baseada em quatro pilares: institucional, normativo, gerencial e de mudança estratégica. “Precisamos colocar os governos no celular. Dados



**Faço outra leitura, a da maravilhosa diversidade do Brasil: seis biomas, um processo de ocupação humana diferente, a Amazônia de um jeito, o Nordeste de outro, o Centro-Oeste, o Sul. Temos uma diversidade cultural, e por aqui passa a valorização da economia criativa e do turismo, um ativo estratégico do País.”**  
**-Tania Bacelar**



moverão o mundo, e ninguém tem mais dados do que o governo. Há condições de se fazer planejamento, mas ele tem que ser feito em cima de evidências. Somos atrasados ao ponto de não termos bancos de dados que conversem entre si”, argumentou.

Celia Carvalho afirmou que a governança fiscal inovadora só existe se houver uma federação forte e com cooperação, citando o exemplo da nota fiscal eletrônica. “Foi um trabalho muito interessante entre a Receita Federal e os estados brasileiros. Validamos eletronicamente a emissão daquele documento fiscal, o que permite ter um cadastro unificado de contribuintes, monitoramento e avaliação”, destacou. Mas o País ainda tem problemas de articulação e “PPAs, LDOs e LOAs que não conversam entre si”, observou.

Fabio Arantes chamou a atenção para o fato de que o planejamento e a política fiscal estão submetidos ao tripé macroeconômico. “Sustentabilidade não é só o resultado financeiro. Outros aspectos, como o ambiental e o social, precisam ser colocados na discussão das contas públicas. Às vezes há crises e os governos não têm como socorrer a saúde e a educação porque não têm recursos”, criticou, sugerindo a separação entre o orçamento corrente e o fiscal.

## **Eixo 2: Desenvolvimento**

Na mesa Planejamento para o Desenvolvimento, José Luís Oreiro trouxe o processo de desindustrialização da economia brasileira, enfatizando que não é natural e que a chamada doença holandesa, no Brasil, é agravada pelo sistema tributário. “Como a reforma tributária não tem impacto direto sobre a taxa nominal de câmbio, é possível fazer uma desvalorização interna sem reduzir o poder de compra dos salários dos trabalhadores”, expressou. Mas um dos obstáculos para ter uma taxa de câmbio competitiva são os juros estruturalmente altos.

André Roncaglia abordou o novo cenário geopolítico. “As cadeias produtivas estão sendo rearranjadas com base em questões como segurança nacional e soberania tecnológica. Produção em locais mais baratos está perdendo espaço para produção em locais mais próximos e amigáveis”, destacou. “E os desafios da digita-

lização e descarbonização da economia abrem novos mercados e novas cadeias produtivas”.

José Celso Cardoso trouxe algumas tendências disruptivas dos Estados nacionais. Destacou a globalização produtiva, comercial e financeira, os colapsos ambiental, produtivo e humano (com a explosão das desigualdades de todos os tipos e em todos os lugares), a revolução tecnológica e a fragmentação cultural e social. “Todos concordam que o planejamento é importante, mas poucos acreditam nele de fato. Mesmo assim, quando confrontamos os planos e os resultados, há uma grande correlação entre ambos”.

Na mesa sobre políticas sociais, Carlos Pinkusfeld Bastos comparou cargas tributárias de diferentes épocas do Século XX e mencionou a expansão das atividades de governo. “No fundo, a história é: há um crescimento do gasto social e, para isso, há o crescimento da arrecadação tributária. Onde há carga tributária alta, há bens públicos; onde há carga tributária baixa, não há bens públicos”. Bastos também afirmou que, com maior carga tributária, o “salário efetivo” das pessoas passou a ser maior – em referência aos serviços públicos.

Marcelo Manzano apontou que, com a nova Constituição, o Brasil acreditou que teria um desenvolvimento similar ao de países europeus. “Chegamos tarde. A Constituição passou a ser combatida no próprio dia em que foi promulgada”, observou. “Nos melhores momentos, ainda estamos longe do ideal de 1988. Hoje temos novos percalços: a digitalização traz um crescimento que não gera empregos”. Ele discutiu três possibilidades para as políticas sociais: a renda básica universal, a consolidação do Estado de bem-estar social e a política de ocupação garantida.

Ladislau Dowbor contrastou números: o Brasil produz quatro quilos de grãos por pessoa por dia e tem 33 milhões de pessoas com fome; tem PIB per capita de 16 mil reais ao mês por família de quatro pessoas, e 50 mil em situação de rua na cidade de São Paulo. “Desenvolvimento não se atrai, se faz. A China tirou mais de 600 milhões de pessoas da pobreza. Venho a Imperatriz, há muita gente parada, e em volta da cidade há terras paradas. Em qualquer cidade da China há um cinturão de hortifrutigranjeiros. A terra tem

valor, gera empregos e recursos para o município e alimentos para a população”, destacou.

Na mesa sobre economia da saúde, Felipe Kamia defendeu o esforço de produção de bens e serviços em saúde. “Sem o fortalecimento de uma base produtiva e de inovação não é possível garantir o Sistema Único de Saúde (SUS), e sem o SUS não é possível garantir o desenvolvimento sustentável”, observou, ressaltando que a base tecnológica do Brasil não tem acompanhado as crescentes necessidades de saúde da população.

Carlos Eduardo Ocké-Reis ressaltou o protagonismo da política de saúde no governo federal. “Não é só para melhorar a assistência médica, mas para impulsionar a economia. Investimentos em saúde, inclusive no chamado complexo econômico e industrial da saúde, com repercussão em tecnologia e inovação, não representam apenas o acesso a um direito, mas uma alternativa para reposicionar o Brasil no mundo”, apontou.

### Eixo 3: Sustentabilidade

Na mesa sobre povos tradicionais e desenvolvimento da Amazônia, Danilo Araújo Fernandes trouxe a ideia de que natureza e cultura não são universos diferentes. “A cultura é fruto de um processo histórico de aprendizado pelo qual a forma de interação homem-natureza determina, em última instância, o caminho tecnológico percorrido”, afirmou. Ele vê o desenvolvimento da Amazônia orientado por dois paradigmas: agropecuário e agroextrativista. E defendeu a multiplicidade de atividades econômicas que mantêm a floresta e trazem condições de vida dignas para as populações locais.

Cristina Fróes de Borja Reis apresentou algo que classificou como prioritário dentro do Ministério da Fazenda: o Plano de Transformação Ecológica. “Ele visa mudar o paradigma tecnológico, produtivo, financeiro, econômico e cultural



**Sem o fortalecimento de uma base produtiva e de inovação não é possível garantir o Sistema Único de Saúde (SUS), e sem o SUS não é possível garantir o desenvolvimento sustentável”.**

**– Felipe Kamia**



da sociedade”, comentou, apresentando três objetivos: geração de trabalho decente e aumento da produtividade; justiça ambiental; e redução de desigualdades. “Dentro da nossa subsecretaria estamos terminando a regulação do mercado de carbono e da taxonomia sustentável brasileira”.

Na mesa de economia solidária, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior destacou a importância do economista no apoio a estes empreendimentos. “Existe muito campo de trabalho, seja na consultoria para elaborar projetos, na sistematização de metodologias e na execução dos programas de geração de trabalho e renda. Alguns acham que é modismo, mas penso que é algo que veio para ficar”, expressou.

Anderson Oriente falou da economia solidária como opção de carreira. “Ela tem centralidade humana. Tem trabalhadores autônomos, produtores de alimentos, distribuidores, costureiros, inclusive os chamados uberizados, e existe possibilidade de cooperação e associação desses trabalhadores, que muitas vezes estão na informalidade”, contextualizou. “As federações industriais só são tão fortes porque em algum momento as políticas públicas apoiaram estes setores. Mas quem mais precisa não tem políticas públicas”, afirmou.

Potyra Terena falou sobre as formas de geração de renda das comunidades indígenas que prezam, acima de tudo, pelo atendimento das necessidades de seus povos. “Nós fazemos economia solidária no nosso território. Fazemos

parte de um sistema capitalista, mas produzimos as nossas próprias coisas, com a nossa personalidade. Isso é autogestão, é economia. Estamos no mercado de trabalho e produzimos o nosso artesanato”.

Renato Dagnino questionou as compras públicas, que representam 18% do PIB, mas são feitas somente de empresas. “Estão falando em neointustrialização, em reindustrialização empresarial e créditos para as empresas. Nós estamos dizendo: e a economia solidária? Por que essas compras não podem ser feitas junto à economia solidária? Por que somente as empresas devem receber subsídios? Por que as empresas solidárias, as associações, as cooperativas, não podem receber subsídio estatal?”, questionou.

Na mesa sobre transição energética e sustentabilidade, Celio Fernando Bezerra Melo falou sobre as potencialidades do Brasil na área. “Nosso país é expoente no assunto da energia renovável. Mas temos a capacidade de fazer muito mais. Precisamos ter ousadia para avançar neste sentido e investir nas inovações tecnológicas que estão baseadas no princípio da sustentabilidade econômica, social e ambiental”, defendeu.

Julio Grudzien Neto, que atua na Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), destacou que a pauta da sustentabilidade é reconhecidamente suprapartidária. “A partir de agora, não existe desenvolvimento que não seja na direção da sustentabilidade. Se não for sustentável, não é desenvolvimento”, argumentou o economista.



Ricardo Bielschowsky participa de mesa em comemoração aos 75 anos da Cepal

## 75 anos da Cepal

A mesa de encerramento do CBE teve como tema os 75 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Cepal. Ricardo Bielschowsky abordou o pensamento da instituição ao longo do tempo. “Nos anos 50, destacou-se a teoria centro-periferia; nos anos 60, as reformas para que os países periféricos pudessem alcançar o desenvolvimento; nos anos 70, os estilos de desen-



**Conselheiras federais Teresinha de Jesus F. da Silva, coord. da Comissão Mulher Economista e Diversidade, e Ana Claudia Arruda.**

volvimento; na década de 1980, como superar, com crescimento, a asfixia da dívida. O neoes-truturalismo traz o foco de novo para as relações centro-periferia, mas na era da globalização financeira e produtiva”, explicou.

Carlos Mussi falou sobre os anos mais recentes. “O que tem sido comum é a tríade da igualdade: distribuição de renda, acesso aos direitos sociais e questionamento à cultura do privilégio”, contextualizou. Ele observa que a América Latina é tem problemas de governança ambiental: “Sempre houve uma exploração feita até que um produto se esgotasse e outro aparecesse. Hoje é o lítio”.

Juan Pablo Jiménez apontou que a região é marcada por dois aspectos econômicos: a alta volatilidade macroeconômica e a desigualdade. “Apesar das melhoras distributivas, ainda somos a região mais desigual do mundo. Existe uma alta concentração de renda e uma significativa disparidade regional”, pontuou. A região é muito dependente dos preços das matérias-primas e, conforme a cotação delas aumenta ou diminui no mercado internacional, a arrecadação também é impactada para cima ou para baixo. “Desde 1950 a 2021, menos de 20% dos resultados das contas públicas na América Latina foram superavitários”, afirmou.

## Atividades paralelas

Várias atividades foram realizadas de forma paralela ao Congresso Brasileiro de Economia. A primeira delas foi a XII Gincana Nacional de Economia, que reuniu cerca de 80 estudantes para uma competição na qual puderam aplicar conhecimentos de forma prática. Os vencedores foram os capixabas Breno Liebbmann Vervloet e Matheus Ferreira Maia.

O Fórum da Mulher Economista, que tem se tornado tradicional nos eventos do Sistema Cofecon/Corecons, neste ano encampou também a questão da diversidade. Luciana Servo, Kellen Brito e Potyra Terena abordaram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. “Nós, economistas, gostamos de usar as médias, mas não podemos tratar o Brasil por elas”, expressou Luciana.

O curso Economista Perito contou com aulas ministradas por Vilma Guimarães, Paulo Roberto Godoi e José Marcos de Campos, que falaram sobre suas trajetórias na área e as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar bem. O conteúdo do curso faz parte do e-book Aplicações da Ciência Econômica, que pode ser acessado no link <https://bit.ly/47FE2sg>.



**Estudantes de economia participam da XII Gincana Nacional de Economia.**

No Fórum de Perícia, Mediação e Arbitragem, o economista André Koerich abordou os métodos de avaliação de empresas, uma tarefa que envolve muito conhecimento e análise; Tiago Jazynski tratou da perícia trabalhista; Cláudio Luiz Romero Balreira falou sobre os cálculos de perdas e danos e de lucros cessantes; e Angeliz Suckow apresentou a área de mediação e arbitragem como um diferencial profissional para os economistas.

O Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons reuniu trabalhadores dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Economia, com o objetivo de capacitar os participantes em diversos aspectos das atividades desempenhadas, levando as informações aos demais colegas. Entre os temas tratados estiveram as atividades finalísticas, a nova carteira de identidade profissional, a transformação digital, o Sistema Eletrônico de Informações, a nova lei de licitações e o atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União. O evento foi finalizado com o Reconhecimento de Boas Práticas do Sistema Cofecon/Corecons, no qual o primeiro lugar foi obtido pelo Corecon-SE, que apresentou diversas parcerias em prol dos economistas da região.

O Cofecon também realizou a entrega do Prêmio Brasil de Economia, que reconheceu trabalhos em quatro áreas: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação. O maior prêmio – de R\$ 8 mil – foi para o economista André Nassif, primeiro colocado na categoria livro, com a obra “Desenvolvimento e Estagnação: O Debate Entre Desenvolvementistas e Liberais Neoclássicos”.

## **Plenária final**

Durante a plenária final do CBE, foi lida e aprovada pelos economistas a Carta de São Luís, que expressa diversos pontos que foram objeto de debate durante o evento, que pode ser lida nas páginas XX e XX. Os economistas também escolheram Porto Alegre como a sede do próximo CBE, que será realizado em 2025.

## **Carta de São Luís**

Os economistas reunidos no XXV Congresso Brasileiro de Economia, ocorrido em

São Luis (MA), de 7 a 9 de novembro de 2023, com base nas análises e avaliações realizadas ao longo do evento, elaboram e aprovam a presente Carta. Dentre os diversos temas abordados, foram escolhidos os seguintes pontos para sua composição:

Em que pese a importância de orçamentos públicos voltados para a melhoria do funcionamento do Estado, a redução das desigualdades e a promoção do crescimento, em nada contribui priorizar, no debate público, desvios irrelevantes de expectativas de resultados fiscais, quando problemas realmente importantes precisam de solução. O mais indicado seria a adoção de bandas com amplitude suficiente para acomodar desvios sem efeitos desfavoráveis, aceitando, sem polêmicas, flutuações dentro dessas bandas. Na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu-se a polêmica sobre o déficit público. Entendemos que esta não é uma discussão contábil entre arrecadação e despesa, mas um debate que deve ser colocado à luz de variáveis econômicas como inflação e restrições externas. Ademais deve ter também como norte o programa de governo aprovado nas urnas e o plano plurianual (PPA 2024-27) construído de forma participativa. Neste sentido, o cenário econômico permite uma ampliação do gasto público na direção dos comandos constitucionais que impõem saúde, educação, reforma agrária, regularização de terras indígenas e quilombolas, entre outras políticas públicas. Elementos estes que estão refletidos, explícita ou implicitamente, nas “quatro frentes de expansão” previstas no PPA 2024-27: i) o consumo popular; ii) os serviços sociais; iii) os investimentos em infraestrutura; e, iv) o uso sustentável dos recursos naturais.

Apesar do ciclo de redução da taxa básica de juros em curso, não existem justificativas para ritmo tão lento, mantendo-a como a maior do mundo. Não podemos sempre temer um mercado de trabalho mais aquecido, mas buscar viabilizar a ampliação do emprego, salários e formalização, como vem ocorrendo, ainda que lentamente, mesmo com essas taxas de juros concentradoras de renda e travadoras de investimentos. É muito preocupante a persistentemente baixa participação da formação bruta de capital fixo no PIB, assim como a contínua perda de participação da indústria, sem as condições favoráveis em que ocorreu em economias mais

desenvolvidas, ambas certamente associadas a taxas de juros exorbitantes. Condições de demanda, custos e concorrência com que se defronta cada formador de preços nos mercados em que atua são muito mais importantes para o comportamento da inflação que taxas de juros exageradas para “ancorar” expectativas para índices gerais de preços informadas por instituições financeiras e consultorias econômicas.

Políticas setoriais, visando o desenvolvimento tecnológico e o aumento de produtividade, são essenciais, sobretudo quanto mais criar ocupações mais bem remuneradas. Contudo, a geração massiva de empregos em geral não deve ser negligenciada, principalmente em regiões menos desenvolvidas, que carregam elevado contingente de desempregados e ocupados precariamente, mesmo em períodos de auge do ciclo econômico. A intensificação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com os investimentos em infraestrutura que viabilizam e incentivam outros investimentos, trariam resultados formidáveis em termos de elevação de capacidade produtiva e de empregos, em particular com os benefícios da CLT. Também são necessárias medidas voltadas à transição energética e a uma economia de baixo carbono, entre outras ações voltadas ao enfrentamento da emergência climática com políticas de mitigação e adaptação.

A reforma tributária em curso, encaminhada em duas fases, com a relativa a impostos sobre consumo em vias de conclusão no legislativo, contém avanços, como a redução e simplificação de tributos, a desoneração de cesta básica de alimentos e um Fundo de Desenvolvimento Regional, mas está levando a alíquotas que ficarão entre as maiores do mundo, caso não sejam atenuadas. Para tanto, pode-se reduzir gastos públicos, o que comprometeria serviços públicos essenciais, políticas sociais e de promoção do crescimento; reduzir carga tributária, que exigiria aumento do endividamento público, a fonte de financiamento mais onerosa; e/ou elevar impostos sobre renda e patrimônio. Esta última seria a melhor alternativa, desde que passando a cobrar mais dos que vêm mantendo privilégios tributários, como os recebedores de lucros e dividendos, inclusive os profissionais liberais e consultores independentes que declaram os rendimentos de seu trabalho como resultado de atividade empresarial, e os grandes proprietários rurais (ITR).

Portanto, imbuídos da responsabilidade da construção de um novo futuro, os economistas presentes no XXV Congresso Brasileiro de Economia subscrevem esta Carta, com o compromisso e o respeito ao planejamento de longo prazo, ao desenvolvimento econômico e social e a sustentabilidade.



Plenária final do XXV Congresso Brasileiro de Economia. Conselheiro federal Fernando de Aquino faz a leitura da Carta de São Luís

# A mudança da trajetória fiscal dos estados brasileiros

Por Carin Deda, Célia M. S. Carvalho, João C. S. Marques e Simone Mello de Paula

## Cenário econômico

O caminho percorrido pela economia mundial no período de 2019 até 2022 foi marcado por dois grandes eventos que geraram uma profunda instabilidade e incerteza econômica: a pandemia da COVID-19 (2020-2022) e a invasão russa na Ucrânia (2022).

A pandemia teve dois momentos distintos de impacto na atividade econômica global. O primeiro, de janeiro a junho de 2020, foi de forte desaceleração da atividade econômica, aumento do desemprego, fechamento de empresas e consequente redução da demanda agregada, dos estoques e da atividade produtiva. O segundo, acompanhado pelos fortes investimentos em saúde pública, gastos com assistência social e políticas anticíclicas de caráter keynesiano, desencadeou em retomada da demanda diante de uma oferta reprimida, o que pressionou os preços para uma alta inflacionária, puxada, sobretudo, pelos baixos estoques do petróleo, consequentes efeitos em cadeia dos preços nas commodities energéticas, fertilizantes e alimentícias e a elevação do câmbio real/dólar.

Passada a pandemia, quando o cenário sinalizava estabilidade, a invasão da Ucrânia pela Rússia trouxe novos impactos. Dada a relevância dos dois países no mercado global, o conflito desencadeou em novas pressões inflacionárias – vide perda de oferta de produtos ucranianos e os inúmeros embargos e acordos contra os produtos russos. Nesse diapasão, grandes mercados como os de fertilizantes, gás natural, petróleo e trigo foram altamente impactados, elevando a inflação mais uma vez.

Cabe ressaltar que antes de ser afetado por esses acontecimentos, o Brasil ainda patinava em uma forte crise político-institucional que resultou em sequências de baixo crescimento econômico e instabilidade política. O cenário ao longo desse conturbado período, que se manteve em todo o globo, foi de muita volatilidade nos mercados, baixo crescimento econômico acompanhado de aumento da inflação, da pobreza e do desemprego.

O ano de 2023 parece marcar a inflexão para todo esse caos. Apesar do conflito no Oriente Médio trazer novos riscos à tona, a economia brasileira e a mundial percorrem um caminho mais estável de crescimento e de controle da inflação, os mercados parecem atingir um novo ponto de equilíbrio – acima daquele de pré-pandemia, mas abaixo do auge da crise. Embora esse panorama positivo traga otimismo, seu desdobramento nas finanças públicas das Unidades da Federação pode ser caótico.

## Cenário fiscal dos estados brasileiros no período de 2019 a 2023

Em que pesem as consequências econômicas decorrentes da pandemia, o período de 2020-2021 foi marcado por uma trajetória ascendente das finanças estaduais. Por um lado, elevação das receitas decorrentes das transferências da União para atenuar os impactos da pandemia desde 2020, assim como pelas políticas públicas de auxílios destinados à população, contribuindo para maior dinamismo



da economia em 2021; associada a isso, a alta inflacionária no período, resultante da elevação dos preços da energia elétrica, dos combustíveis, da alimentação e dos transportes, causou impacto positivo para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Por sua vez, houve maior contenção das despesas, notadamente dos gastos com pessoal, em decorrência das imposições da Lei Complementar nº 173/2020, que proibiu a realização de reajustes gerais até 31 de dezembro de 2021. Além disso, a mencionada lei postergou o pagamento da dívida dos estados com a União, reduzindo os gastos com essa rubrica no período. Essa conjunção de fatores explica a melhora pontual da situação fiscal nos governos estaduais.

O processo inflacionário reforçou a tendência de retração da despesa ao reduzir gastos com pessoal em termos reais. Paralelamente, observou-se o crescimento da receita, mesmo quando deflacionada.

Todavia, um contexto adverso para as finanças dos estados se desenha em 2022 e 2023, guiado por diversos elementos alheios ao seu controle, que impõem redução de receitas e/ou aumentos de despesas, como os impactos da Lei Complementar nº 194/22 (LC 194/22), a redução das transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), os custos de manutenção das estruturas de saúde criadas na pandemia, o estabelecimento de pisos nacionais em algumas carreiras e a pressão do aumento de despesas reprimidas no biênio anterior, sobretudo com pessoal, bem como do período eleitoral.

Em linhas gerais, a LC 194/22 determinou, para fins de tributação, que os combustíveis, o gás natural e os serviços de energia elétrica e de comunicação são itens essenciais e indispensáveis, reduzindo a alíquota teto do ICMS para a alíquota modal cobrada em cada estado, com consequente redução de arrecadação, com perdas estimadas em R\$ 45 bilhões no segundo semestre de 2022. As perdas vêm sendo compensadas pela União, porém, é medida pontual frente a prejuízos perenes. O acordo foi de R\$27 bilhões (deduzidos o repasse obrigatório aos municípios, vinculações legais e abatimento

de dívidas com a União) a serem pagos em três anos e contemplou perdas apenas de 2022.

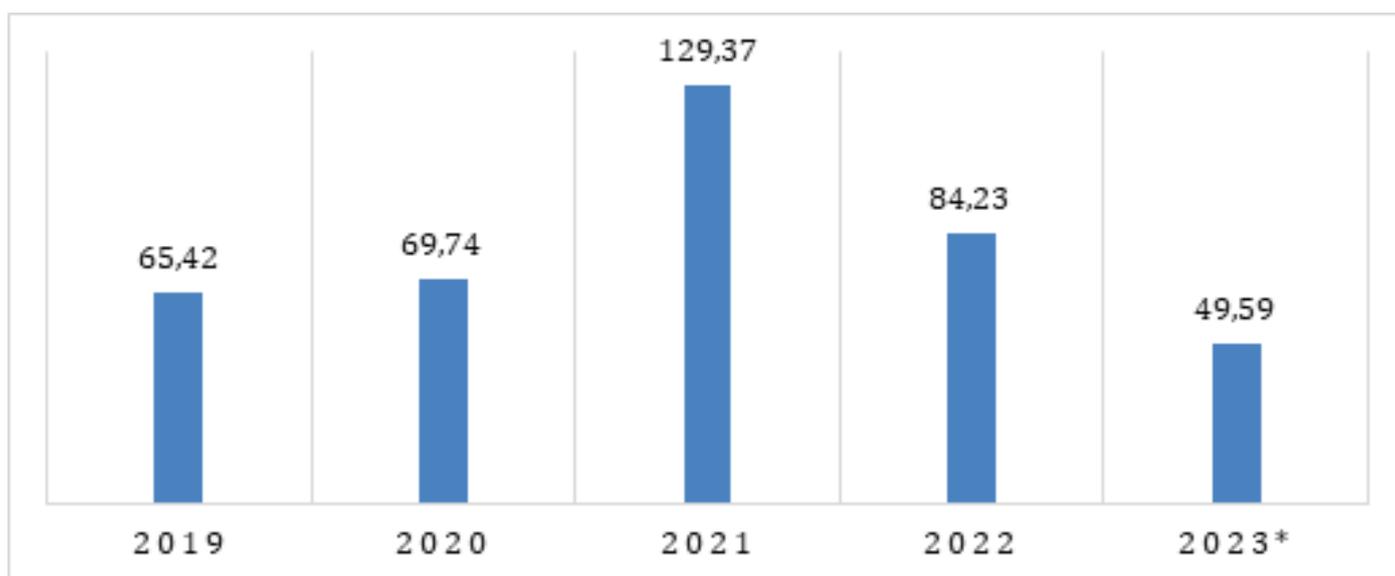
As transferências do FPE também caíram em 2023. O Fundo é composto de 21,5% do IR e do IPI e distribuído aos Entes conforme proporcionalidade da população e do inverso da renda domiciliar per capita. Dito isso, a redução dos preços e de alíquotas por meio de mecanismos legais (Decretos n. 11.158 e 11.182 de 2022) diminuiu a receita do IPI. Além disso, mudanças normativas possibilitaram a retenção do IRRF nos Estados, o que diminuiu o repasse do tributo, resultando na redução da base de cálculo do FPE.

Sob a ótica da despesa, espera-se pressão por gastos para o funcionalismo, devido à ausência de recomposição salarial frente à alta inflacionária, novas contratações e demais aumentos conforme determinações da LC nº 173/2020. Contudo, nota-se que o crescimento da despesa com pessoal superou o aumento da receita corrente líquida, sinalizando risco significativo – já materializado - de absorção do espaço fiscal que não é estrutural, devido ao aumento de gastos obrigatórios de caráter continuado.

Os gráficos e tabelas seguintes ilustram o que foi exposto. O superávit primário no agregado dos entes chegou a R\$ 129,37 bi em 2021 (crescimento real de 85,51% se comparado com 2020). As despesas com pessoal e encargos sociais, associadas aos componentes conjunturais que contribuíram para o desempenho da arrecadação, explicam a trajetória ascendente do indicador nesse período e sinalizam a melhora dos estados. Por outro lado, a maioria dos estados apresenta retração do resultado primário em 2022 e 2023, refletindo mudança no curso desse indicador. (Gráfico 1)

O superávit primário pode ser utilizado para financiar despesas não primárias (financeiras), como é o caso dos gastos com o serviço da dívida ou restos a pagar de exercícios anteriores. Os recursos não utilizados são acumulados sob forma de disponibilidade de caixa, resultando no crescimento do caixa em 2020 e 2021; em contraste, observa-se o biênio 2022-2023 no qual taxas de crescimento do caixa são consideravelmente menores ou negativas. (tabela 01 e gráfico 02)

Gráfico 01 – Resultado primário agregado das UFs



Elaboração própria com base nos dados do Anexo 6 do RREO, referente ao 4º bimestre; valores a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA; R\$ em bilhões.

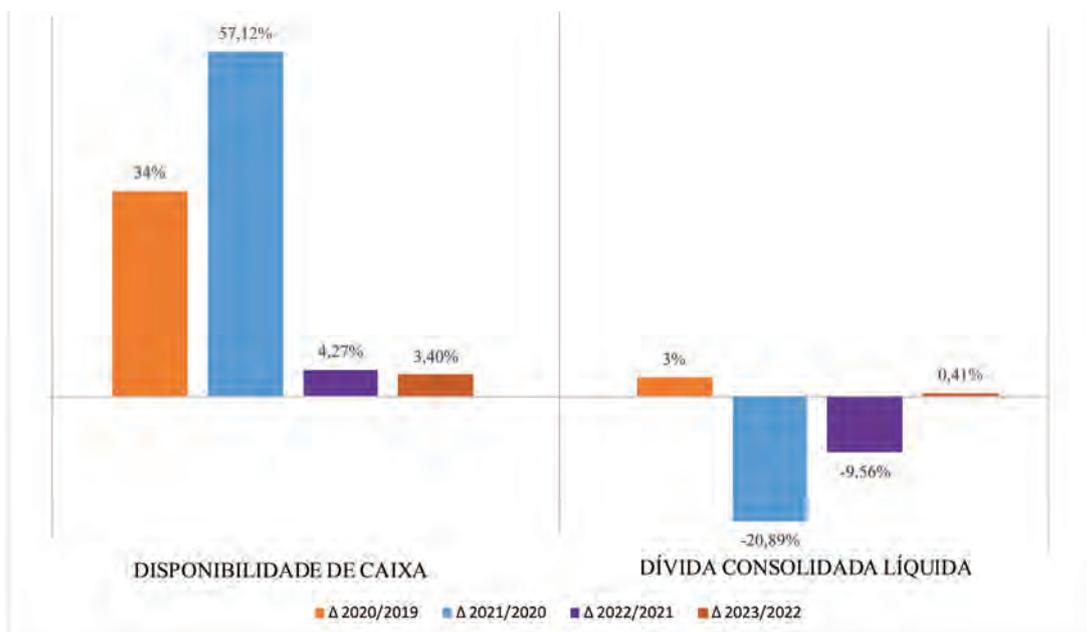
Tabela 01 – Taxa de crescimento do resultado primário por UF

UF	Δ% 2020/2019	Δ% 2021/2020	Δ% 2022/2021	Δ% 2023/2022
AC	2,21%	43,09%	-8,61%	-36,18%
AL	0,27%	117,71%	-131,09%	205,07%
AM	56,98%	-27,11%	-66,87%	-103,89%
AP	17,15%	-37,36%	33,64%	-58,60%
BA	78,84%	86,30%	-49,66%	-22,12%
CE	4,40%	35,52%	-43,94%	-26,16%
DF	223,78%	25,41%	-58,65%	128,18%
ES	-52,15%	67,42%	-21,72%	-103,57%
GO	30,39%	69,67%	-29,34%	-43,96%
MA	-16,32%	-50,14%	-46,59%	33,77%
MG	3,91%	122,74%	-39,79%	-40,54%
MS	89,32%	30,23%	-52,33%	-13,83%
MT	137,11%	30,74%	-13,20%	-86,79%
PA	11,37%	11,07%	-17,15%	-100,95%
PB	118,75%	29,73%	-21,30%	-47,36%
PE	58,23%	66,52%	-14,54%	10,82%
PI	1752,39%	-64,55%	-72,68%	471,30%
PR	-78,66%	756,01%	10,51%	-61,84%
RJ	-55,94%	655,22%	-48,65%	-60,11%
RN	-44,52%	17,39%	87,61%	-49,38%
RO	49,12%	15,92%	-66,93%	72,55%
RR	25,30%	-24,25%	-54,91%	13,57%
RS	910,81%	219,72%	-20,09%	-10,29%
SC	11,33%	35,94%	-40,36%	1,44%
SE	72,09%	43,15%	10,73%	-10,01%
SP	-12,22%	100,98%	-32,55%	-52,50%
TO	52,30%	14,33%	-12,52%	-49,03%
Total	6,61%	85,51%	-34,89%	-41,12%

Elaboração própria com base nos dados do Anexo 6 do RREO, referente ao 4º bimestre; valores a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA; R\$ em bilhões; houve alteração da metodologia em 2023, que considera resultado primário com RPPS e sem RPPS, utilizado o dado com RPPS.

Uma vez que a dívida consolidada líquida (DCL) resulta da dívida consolidada deduzida das disponibilidades de caixa, evidencia-se que o caixa foi fator determinante para a redução da DCL em 2021 e aumento de 0,41% em 2023. (gráfico 02)

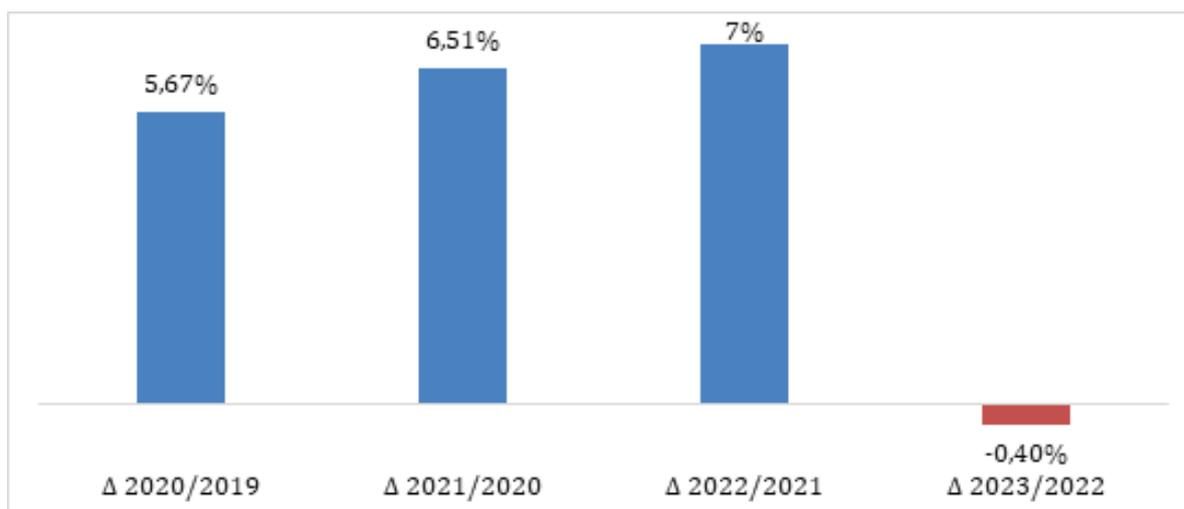
Gráfico 02 – Taxa de crescimento dívida consolidada, das disponibilidades de caixa e da dívida consolidada líquida no agregado das UFs



Elaboração própria com base nos dados do Anexo 2 do RGF, referente ao 2º quadrimestre; valores a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA; R\$ em bilhões.

A análise das receitas estaduais revela o crescimento real da Receita Corrente Líquida (RCL) entre 2020 e 2022 e queda no atual exercício. (gráfico 03). Conforme mencionado, a receita cresceu com as transferências compensatórias direcionadas da União, mas posteriormente foi reforçada através da arrecadação de ICMS, o que sustentou o nível de receita via fatores conjunturais.

Gráfico 03 – Taxa de crescimento da Receita Corrente Líquida



Elaboração própria com base nos dados do Anexo 3 do RREO, referente ao 4º bimestre; valores a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA.

A mudança de patamar da receita pode ser atribuída em grande medida à arrecadação do ICMS diante da retomada da atividade econômica e da alta inflacionária. Contudo, destaca-se que, a partir de julho de 2022, além da redução dos preços internacionais, começaram a surgir os impactos na receita tributária causados pela LC 194/22, que também auxiliou na redução da inflação, construindo contexto adverso para as receitas estaduais no acumulado de janeiro a agosto de 2023. (tabela 02)

Tabela 02 – Taxa de crescimento do ICMS por UF

UF	2019	2020	2021	2022	2023	$\Delta$ % 2021/2020	$\Delta$ % 2023/2022
AC	1,95	1,63	1,92	1,85	1,82	17,72%	-1,57%
AL	5,59	5,63	6,37	6,55	6,68	13,16%	2,06%
AM	12,25	12,96	14,24	14,54	14,40	9,92%	-0,93%
AP	1,15	1,19	1,41	1,43	1,33	18,15%	-6,86%
BA	31,78	30,15	33,74	35,34	33,06	11,88%	-6,47%
CE	16,23	15,68	17,76	18,28	16,65	13,23%	-8,95%
DF	10,37	10,31	11,00	10,98	9,58	6,67%	-12,75%
ES	14,29	14,02	16,32	17,75	16,82	16,41%	-5,22%
GO	21,25	21,33	24,57	26,10	23,05	15,18%	-11,68%
MA	10,16	9,98	10,72	11,62	10,65	7,43%	-8,36%
MG	65,85	63,30	72,62	75,61	69,23	14,73%	-8,44%
MS	11,24	12,06	13,74	14,44	14,67	13,94%	1,62%
MT	13,59	15,35	18,64	21,65	19,61	21,50%	-9,40%
PA	14,89	16,07	18,45	20,51	19,66	14,82%	-4,14%
PB	7,50	7,23	8,17	8,23	7,72	13,07%	-6,27%
PE	21,25	21,18	23,20	22,49	20,71	9,52%	-7,92%
PI	5,89	5,47	6,34	6,14	6,09	15,91%	-0,76%
PR	39,22	37,90	41,63	45,48	41,06	9,83%	-9,72%
RJ	47,83	45,09	51,95	56,18	48,67	15,21%	-13,38%
RN	7,41	6,82	7,67	7,65	7,69	12,41%	0,53%
RO	5,06	5,27	6,21	6,57	5,87	17,93%	-10,61%
RR	1,33	1,49	1,66	1,74	1,55	11,45%	-10,93%
RS	44,76	44,49	51,88	47,90	42,52	16,62%	-11,24%
SC	29,87	29,01	32,68	34,72	34,25	12,67%	-1,35%
SE	4,56	4,26	4,67	4,83	4,70	9,71%	-2,57%
SP	181,58	181,99	202,26	214,88	193,87	11,14%	-9,78%
TO	3,78	3,84	4,40	4,84	4,65	14,68%	-3,77%
<b>Total</b>	<b>630,61</b>	<b>623,68</b>	<b>704,22</b>	<b>738,29</b>	<b>676,56</b>	<b>12,91%</b>	<b>-8,36%</b>

Elaboração própria com base nos dados do Anexo 3 do RREO, referente ao 4º bimestre; valores a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA.

O aumento da arrecadação, via inflação, que ocorreu principalmente em 2021, é acompanhado, em um segundo momento, pela ampliação das despesas correntes em 2022-23, visto que os contratos são reajustados; além disso, acabou implicando na elevação da taxa de juros, que influenciou no custo da dívida pública.

Na tabela 03, destaca-se o movimento inverso que ocorre das despesas com pessoal e investimentos. Enquanto os gastos com o funcionalismo são contidos entre 2020 e 2021, apresentando redução real, simultaneamente ocorre direcionamento dos recursos para os investimentos, que crescem de 2020 até 2022, e, inflexionando em 2023, quando o gasto com despesas obrigatórias, (como pessoal e serviço da dívida) aumenta e os investimentos retraem.

O crescimento da despesa de pessoal em relação à RCL fica evidente no gráfico 04, ilustrando que os estados elevaram os gastos com servidores e as receitas desaceleraram.

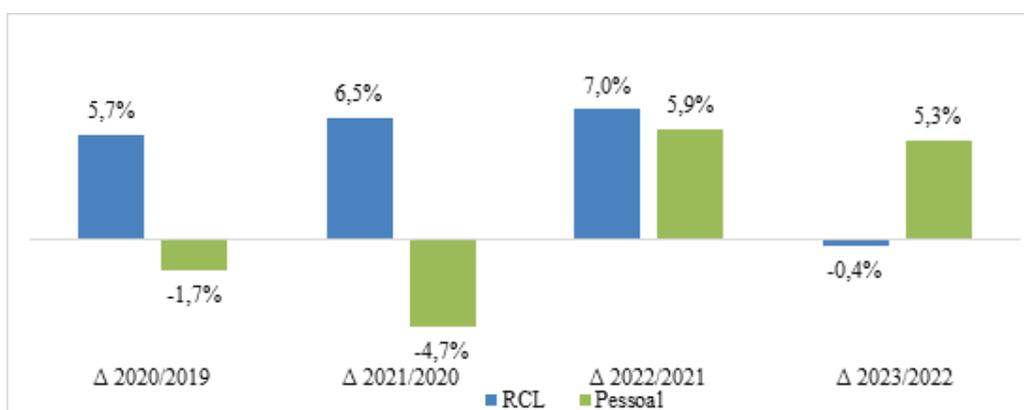
As finanças públicas estaduais viveram uma grande bonança no período de 2020 a 2021, devido a fatores conjunturais, que afetaram tanto as receitas quanto as despesas. Contudo, a mudança na trajetória dos resultados fiscais, evidente no período recente entre 2022 e 2023, denota

Tabela 03 – Despesa por categoria econômica - agregado UFs

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	Δ	Δ	Δ	Δ
						2020/2019	2021/2020	2022/2021	2023/2022
<b>Despesas Correntes</b>	<b>686,98</b>	<b>663,08</b>	<b>675,58</b>	<b>704,71</b>	<b>731,34</b>	<b>-3,48%</b>	<b>1,89%</b>	<b>4,31%</b>	<b>3,78%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	389,34	382,85	364,93	386,51	407,18	-1,67%	-4,68%	5,91%	5,35%
Juros e Encarg. da Dívida	24,48	15,58	21,33	14,70	21,29	-36,37%	36,96%	-31,08%	44,81%
Outras Despesas Correntes	273,17	264,65	289,32	303,49	302,87	-3,12%	9,32%	4,90%	-0,21%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>47,98</b>	<b>50,44</b>	<b>70,22</b>	<b>105,23</b>	<b>84,42</b>	<b>5,14%</b>	<b>39,21%</b>	<b>49,86%</b>	<b>-19,77%</b>
Investimentos	23,00	28,02	37,23	81,19	57,47	21,83%	32,90%	118,04%	-29,21%
Inversões Financeiras	5,15	6,13	10,06	6,19	7,12	18,91%	64,26%	-38,54%	15,16%
Amortização da Dívida	19,83	16,30	22,92	17,86	19,83	-17,80%	40,63%	-22,10%	11,06%
<b>Total Despesas</b>	<b>734,96</b>	<b>713,52</b>	<b>745,80</b>	<b>809,94</b>	<b>815,76</b>	<b>-2,92%</b>	<b>4,52%</b>	<b>8,60%</b>	<b>0,72%</b>

Elaboração própria com base nos dados do Anexo 6 do RREO, referente ao 4º bimestre; valores empenhados, a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA; R\$ em bilhões.

Gráfico 04 – Taxa de crescimento da RCL e despesa com pessoal



Elaboração própria com base nos dados do Anexo 6 do RREO, referente ao 4º bimestre; valores empenhados, a preços de ago/2023 corrigidos pelo IPCA; R\$ em bilhões.



**As finanças públicas estaduais viveram uma grande bonança no período de 2020 a 2021, devido a fatores conjunturais, que afetaram tanto as receitas quanto as despesas. Contudo, a mudança na trajetória dos resultados fiscais, evidente no período recente entre 2022 e 2023, denota que a tendência observada no biênio 2020–2021 foi atípica e não sustentável."**

que a tendência observada no biênio 2020-2021 foi atípica e não sustentável.

Nesse cenário de geração de espaço fiscal frente a aumentos extraordinários de receita, seria necessário evitar elevação correspondente de despesas permanentes, visando manter trajetória fiscal sustentável. Contudo, as pressões da LC 173/2020 e inflacionárias forçaram reajustes, fator que somado à queda de receita com a LC 194/2022 e estabilização dos preços criou cenário desafiador para a sustentabilidade fiscal.

## Conclusão

Os recentes eventos com impacto na economia mundial, quais sejam, a pandemia da COVID-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, além de eventos internos, tais quais a LC 194/22 e a queda nos repasses do FPE, têm gerado um cenário desafiador para as finanças dos estados brasileiros.

O período de ilusório crescimento do espaço fiscal, ocasionado pela entrada de receitas extraordinárias e pela redução artificial de despesas gerou um equilíbrio não sustentável das finanças. O novo patamar das receitas (sem as compensações feitas pela União e o bônus inflacionário) somado ao crescimento das despesas, ao retorno ao pagamento do serviço da dívida e aos reajustes de salários do funcionalismo, inverteram o quadro financeiro e colocaram em xeque a sustentabilidade fiscal das Unidades da Federação.

Para manter o nível de serviços prestados à sociedade, reduzir as desigualdades e se colocar novamente no caminho do crescimento econômico, os gestores públicos precisarão encontrar um novo modelo, que não passe pelo aumento de impostos ou pelo corte de políticas públicas de assistência aos mais necessitados.





### **João C. S. Marques**

Economista mestre em Desenvolvimento Socioeconômico. É Superintendente de Assuntos Fiscais na Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de São Luís, conselheiro efetivo no Corecon-MA, diretor de Articulação Institucional e Gestão de Redes do IDENE e coordenador de Tecnologia e Comunicação no Grupo de Gestores das Finanças Estaduais.



### **Carin Caroline Deda**

Economista, mestre em Gestão Urbana, com ênfase em Políticas Públicas. É economista na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, atualmente chefe de departamento na Diretoria do Tesouro Estadual e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Ciência da Política (CidaPOL\_lab).



### **Simone Mello de Paula**

Assessora da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. Especialista em Finanças Públicas e Ciência Política pela Unyleya. Especialista em Marketing Político, Opinião Pública e Comportamento Eleitoral pela Universidade Federal de Minas Gerais.



### **Célia Maria Silva Carvalho**

Doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/USP). Coordenadora pelo COMSEFAZ, do Master Oficial em Hacienda Pública y Administración Financiera y Tributaria- UNED/ES. Pesquisadora do Centro de Estudos em Contabilidade e Governo-CONTGOV da USP. Professora convidada do Mestrado Profissional em Direito da FGV/SP. Vice-presidente e Sócia fundadora da Associação Ibero-americana de Financiamento Local (AIFIL), com sede em Oviedo, Espanha.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Complementar Nº 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Lei Complementar Nº 194, de 23 de junho de 2022. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto Nº 11.158, de 29 de julho de 2022. Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

BRASIL. Decreto Nº 11.182, de 24 de agosto de 2022. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022.

STN. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). (Finbra). Relatórios de Gestão Fiscal -RGF. outubro de 2023

STN. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Finanças do Brasil (Finbra). Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO. outubro de 2023.

# Impactos do conflito Israel-Hamas na economia mundial e brasileira

Por José Francisco Lima Gonçalves



## José Francisco Lima Gonçalves

Professor de economia (USP) com experiência no mercado financeiro e no setor público, analista independente do cenário econômico brasileiro e mundial, articulista e palestrante. Economista chefe do Banco Fator.

A guerra entre Israel e o Hamas veio acrescentar graves incertezas geopolíticas ao cenário global, com consequências imprevisíveis. Ao tangenciar o tema político, cabe apenas destacar que o cenário que envolve Israel e seus opositores se alterou bastante desde os anos 1960-70, principalmente na mudança do grau e da diversidade de alinhamentos entre os EUA e os participantes do cenário político no Oriente Médio. Ademais, as relações entre os países árabes não são mais as mesmas, e o Irã tem papel mais relevante do que antes.

As preocupações imediatas se voltam para os mortos, feridos e vítimas de outros traumas de lado a lado. E a guerra assume tons dramáticos, dada a violência e as tensões políticas dentro de Israel, onde as regras democráticas levaram o país a clara inclinação à direita.

Não havendo alinhamento automático dos EUA e da Europa com Israel, o futuro do conflito pende para um ajuste doméstico em Israel, dado o grande desgaste interno e externo do país em função da manutenção da guerra. Tal viés se reforça com a consideração de que, para além do Hamas, outros interesses, como o Hezbollah, ocupam espaço geográfico, político e militar.

A complexidade da situação política internacional, dado o histórico das relações entre os participantes do conflito, impõe aos governos dos países democráticos a necessidade de participar da construção das condições de

pacificação e encaminhamento de solução definitiva.

A maneira como o mercado financeiro internacional reage a eventos desse tipo é buscar imediatamente liquidez, isto é, ativos de menos risco. Assim, os preços dos ativos medidos em dólar sobem com a alta quase descontínua da incerteza. Até onde vão tais preços dependerá da reação do emissor do dólar, o que depende de sua reputação e das condições atuais em que se move sua política monetária.

A alta do dólar não é um problema para o Fed, principalmente na situação de inflação resistente e deterioração das perspectivas fiscais.

Em segundo lugar, tais preços subirão até que se desenhe cenário sem descontinuidades econômicas e com definição do ritmo em que a pressão internacional vai afetar a postura do governo israelense.<sup>1</sup>

O simples fato de o conflito ter duração, extensão e gravidade desconhecidos eleva a incerteza em geral, o que significa alta da aversão a risco e busca de ativos defensivos como o dólar. Esse movimento afeta o mundo todo, em maior ou menor grau, o que depende das especificidades de cada situação concreta.

Mas o movimento geral é de fortalecimento do dólar, mesmo que tal movimento pareça ter se esgotado. A eliminação de tal incerteza virá com a estabilização das condições políticas onde tudo se originou.



**A complexidade da situação política internacional, dado o histórico das relações entre os participantes do conflito, impõe aos governos dos países democráticos a necessidade de participar da construção das condições de pacificação e encaminhamento de solução definitiva."**

Em segundo lugar, dada a participação do Oriente Médio na economia mundial via sua preponderância no mercado de petróleo, a incerteza sobre os movimentos especulativos em relação aos preços da commodity se amplifica, gerando fortes oscilações. Os preços do petróleo já retornaram a níveis mais modestos, mas seguem sujeitos a altas causadas pela conjuntura da guerra.

O movimento do petróleo, tanto pela incerteza como pelo risco sobre a atividade econômica mundial, atinge o conjunto das commodities. Atinge menos as alimentares do que as industriais, o que é menos mal para o Brasil. Afinal, se o Brasil exporta petróleo e ferro, o faz também com soja e carnes, produtos de demanda menos elástica.

No limite, a eventual entrada do Irã no conflito pode desenhar problemas na movimentação física efetiva do petróleo, não apenas em seus preços em ambiente de maior incerteza. Tal cenário é, por ora, o limite que, ultrapassado, criaria descontinuidade e novo salto do dólar.

O Brasil, economia emergente, é afetado pelos problemas mundiais, dada sua condição de grande exportador de commodities, e pela exposição de sua moeda aos riscos manifestos no comportamento dos preços internacionais dos demais ativos financeiros.

Nesse particular, a crise Israel-Hamas é menos destrutiva do que a guerra Rússia-Ucrânia ou mesmo do que a pandemia de Covid 19. A guerra na Europa afetou o mercado físico de trigo, petróleo e gás, com impactos demolidores sobre a atividade econômica e a inflação.

A pandemia, por sua vez, interrompeu a produção e a circulação de mercadorias pelo mundo todo. Os desequilíbrios se realimentaram nas cadeias internacionais de valor. As dificuldades alcançaram não apenas commodities, mas os produtos manufaturados e seus preços. E a interrupção das linhas de transporte e estocagem teve desdobramentos prolongados.

Felizmente, hoje, nada disso se repete.

Os preços das commodities afetam a receita dos exportadores e, portanto, a arrecadação de impostos e contribuições. Afetam também as decisões de expansão da

produção na agropecuária e na extração mineral. Afetam a renda nacional e, assim, a demanda via consumo.

Assim, a duração da crise e de seu efeito sobre tais preços pode ajudar as contas públicas. Isto se a duração da crise não afetar a atividade econômica e, portanto, a arrecadação.

Quando o dólar sobe em relação às outras moedas e os preços das commodities em dólar também sobem, os dois movimentos se fazem à custa das demais moedas e mercadorias.

Assim, os juros futuros se elevam e refletem o risco de altas no dólar e nos preços das commodities. Passamos por isso recentemente, incluso o correlato movimento de queda da atividade. O movimento pode levar à alta da inflação corrente – menos importante – e esperada – mais importante para a ancoragem das expectativas de inflação. O mercado financeiro antecipa a esperada decisão do Banco Central e eleva os juros nos horizontes mais curtos.

E aqui os juros são sobre determinados pela incerteza fiscal, haja vista a piora ocorrida entre o fim de setembro (antes da guerra) e outubro, período de deterioração das perspectivas a respeito da definição das metas fiscais.

Parece que esse momento já passou. Nas primeiras semanas da guerra os preços oscilaram fortemente, em meio à já difícil trajetória dos juros nos EUA, que vinham em forte alta anterior por causa das condições novas no mercado da dívida americana e da política monetária do Fed.

Mas o movimento arrefeceu, tanto pela melhora da perspectiva para a inflação americana, quanto pela volta do preço do petróleo aos níveis pré-guerra.

Mesmo com a economia americana ainda crescendo – embora menos – a inflação parece ter entrado em consistente desaceleração, o que restringe o peso das incertezas ao processo no Oriente Médio. Caso a temperatura do conflito no Oriente Médio tenha chegado perto do máximo, os efeitos da crise serão limitados e relativamente fáceis de superar no curto prazo.

Claro que um desfecho ainda mais violento da guerra entre Israel e Hamas e instabilidade acirrada na transição política em Israel podem pressionar os mercados novamente, trazer outra

forte oscilação nos preços dos ativos financeiros e alongar o período de incerteza.

Qualquer arranjo que não passe pelos dois estados (Israel e Palestina) não será uma solução. Esse é o divisor de águas que pode viabilizar a estabilização no Oriente Médio. Fragmentação entre os árabes e consolidação do Irã como polo pode reduzir o peso de Israel na balança global.

O alerta que fica para o Brasil é, antes de mais nada, o da necessidade de defender a democracia e regras de convivência pacífica nas relações internacionais. Participar do aprimoramento das instituições supranacionais passa a ser parte da agenda política nacional. A originalidade da situação no Oriente Médio, visível na comparação com as tensões e conflitos em outras épocas, mostra como o mundo está mudando, as lideranças se reposicionando, as parcerias se redesenhando.

A história mostra que economia e política vão junto, complementaridades não acontecem por acaso. Cada passo de um lado tem uma contrapartida. Cabe escolher o que combina com o interesse do país.

No plano estratégico, a busca da segurança energética (não se confunda com independência) continua a ser imperativa e associada à diversificação das fontes de energia e de parceiros comerciais adequados. O fim da era do petróleo se aproxima, mas é preciso tratar das providências a tomar considerando o caminho a percorrer até lá. E isso independentemente do desfecho da crise no Oriente Médio.

Finalmente, ao grau de abertura da economia deve corresponder a construção de condições capazes de dar estabilidade aos cenários econômicos e financeiros. Uma política econômica que defenda a dívida pública e a moeda, ou seja, a busca de trajetória que leve a superávits primários para estabilizar a relação dívida/PIB, precisa continuar a ser construída.

Assim como política monetária comandada por mandato dual do Banco Central, inflação baixa e pleno emprego, e não pelo atual assimétrico comando.

Evidentemente, tal desenho se baseia em políticas industriais *latu sensu* e em políticas públicas de redução da desigualdade, de redução da miséria, de defesa do meio ambiente.



**Os preços das commodities afetam a receita dos exportadores e, portanto, a arrecadação de impostos e contribuições. Afetam também as decisões de expansão da produção na agropecuária e na extração mineral. Afetam a renda nacional e, assim, a demanda via consumo.**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup> Quando da redação deste texto, a perspectiva de cessar fogo era nula para Israel. Mas a postura dos EUA e de alguns países europeus já mudava de tom em relação ao conflito, pressionando a posição do governo Netanyahu

# Aspectos atuais e tendências no contexto financeiro brasileiro

Por Gilson de Lima Garófalo

A temática “educação financeira” está na ordem do dia, preconizando que o assunto se faça presente desde a mais tenra idade até estágios avançados da vida dos brasileiros cuja população hoje se caracteriza pela longevidade. Este pressuposto orientou a elaboração desta contribuição na expectativa de que possa contribuir, mesmo que didaticamente, com novas luzes nesse contexto.

É notória a posição do Brasil, sempre à frente em relação às tecnologias financeiras, se constituindo, inclusive, como referência mundial. As instituições reconhecem a necessidade de explorar de forma crescente e inteligente as oportunidades que surgem com os avanços na área.

A digitalização, resultante dos investimentos neste contexto, transformou a jornada dos clientes, promovendo, ampliando e flexibilizando, com segurança, as possibilidades de realização de transações e consultas, contratação de produtos/serviços e interação. Os canais digitais são responsáveis pelo crescimento recorde de transações e atualmente, no país, oito em cada 10 movimentações bancárias ocorrem dessa forma. As mudanças/tendências em curso, ou próximas a acontecer, são adiante listadas, incluindo outras à margem do sistema.

1. PIX - um modo eletrônico e instantâneo de transferência e de pagamento de valores em Reais, lançado pelo Banco Central em 2020. O número de usuários cadastrados já supera 90 milhões, sendo quase metade - 48% - usuários habituais, isto é, fazem mais de 30 operações no

mês. Muitas pessoas que antes não utilizavam o Documento de Ordem de Crédito (DOC), ora em extinção, ou a Transferência Eletrônica Disponível (TED), acabaram por aderir ao sistema. Aliás, ele promoveu a inclusão financeira de cerca de 72 milhões de brasileiros, apesar de, não haver eliminado a desigualdade, uma vez que entre aqueles com renda de até um salário mínimo, mais de 60% já enviou ou recebeu um PIX, enquanto nas faixas de maior poder aquisitivo, o percentual supera 80%.

2. Open Finance - expansão do Open Banking (sistema no qual os dados do cliente são compartilhados num aplicativo dos bancos), o Open Finance amplia o número de instituições com acesso aos informes da clientela. Hoje já somam milhões os consentimentos na área, a maioria de pessoas físicas. Os clientes passaram a contar com maior controle do compartilhamento de informações pessoais com diversas instituições. A proposta é que a troca desses informes permita a oferta de produtos mais personalizados para cada necessidade. Neste particular, o usuário poderá levar seu histórico financeiro não só para bancos, mas também para corretoras de seguros e instituições congêneres.

3. Drex - novo formato para representar o Real, com a diferença de ser 100% digital. Em fase de testes, tem o lançamento previsto para o início de 2025. Será a primeira moeda virtual oficial, extensão das tradicionais cédulas físicas de dinheiro, porém, com os mesmos fundamentos,

“

O PIX promoveu a inclusão financeira de cerca de 72 milhões de brasileiros apesar de, não haver eliminado a desigualdade, uma vez que entre aqueles com renda de até um salário-mínimo, mais de 60% já enviou ou recebeu um PIX, enquanto nas faixas de maior poder aquisitivo, o percentual supera 80%.”



### Gílson de Lima Garófalo

Professor universitário (PUC-SP e FEA-USP), vice-presidente do Sindecon-SP e conselheiro suplente do Cofecon.

mas transacionada exclusivamente no ambiente digital. Certamente provocará redução do uso de papel-moeda no país. Interessante ressaltar que a combinação de letras forma uma palavra com sonoridade forte e moderna, a saber: “d” e “r” fazem alusão ao Real Digital, “e” vem de eletrônico, enquanto o “x” traz consigo a ideia de modernidade e de conexão. O Drex funcionará como uma espécie de Pix dos serviços financeiros.

4.

Tokenização - é representação digital de ativos físicos: imóveis, ações ou títulos. Constitui algo criptografado, com tecnologia blockchain, ou seja, como considerado por alguns especialistas, a inovação tecnológica mais importante desde a criação da internet. Ela garante a segurança do que é negociado pelo setor financeiro. Certamente permitirá novas formas de avaliar e garantir o lastro de ativos, podendo incrementar a gama de investimentos, diminuir as distâncias de negociações e ser mais acessível, pelo fato de admitir fracionamento. Ademais, permitirá, por exemplo, investir em peças de arte sem ter dinheiro para comprar a obra inteira.

5.

Inteligência artificial - avanço tecnológico possibilitando que sistemas simulem inteligência similar à humana, indo além da programação de ordens específicas, para tomar decisões de forma autônoma, baseadas em padrões de enormes bancos de dados. Esta técnica avança rapidamente, com aprendizado de máquina (machine learning), estando já presente em vários setores, com ênfase ao mundo financeiro. O objetivo ao usá-la, é melhorar a eficiência, precisão e segurança dos processos, visto que analisa e denota padrões em grandes volumes de dados possibilitando melhores previsões sobre o mercado, decisões automatizadas e identificação de possíveis fraudes. Exemplos relevantes são a biometria facial e o chatbot. Este é um software capaz de manter uma conversa em tempo real por texto ou voz, além do atendimento ao cliente, 24h por dia, 7 dias por semana.

6.

Moeda social - à margem do sistema financeiro, trata-se de moeda alternativa à oficial, criada por municipalidades e de uso restrito a certo contingente da população local, isto é, aos mais vulneráveis. A finalidade abrange transações econômicas com um determinado fim, ou seja, fomentar a produção e o consumo, gerando empregos e riqueza na comunidade. Existindo há mais de 20 anos no Brasil, só começaram a ganhar força recentemente, e hoje são mais de 150 circulando simultaneamente com o Real em diversos municípios brasileiros. Apesar de lastreadas em reais, não são emitidas pela Casa da Moeda, mas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), estabelecimentos que também oferecem empréstimos na mesma moeda aos moradores dessas localidades que não têm acesso aos serviços prestados pelos bancos tradicionais. Os comerciantes recebem do poder público municipal o valor em reais das transações que levaram a cabo na moeda social.

Concluindo, é possível afirmar que esses avanços tecnológicos, ao lado de outras medidas, acarretam consequências diversas. Socialmente tem havido aumento relativo da bancarização pois nota-se o comércio de rua, barraqueiros, instituições religiosas e até pedintes tendo aderido ao PIX. No comércio regular, antigas formas de crediário, como vendas com carnês, desapareceram.

Quanto à área financeira, os investimentos elevados processados foram compensados significativamente pela diminuição das estruturas – fechamento e/ou diminuição de espaço físico das dependências, redução do quadro de pessoal, queda de custos administrativos e assim por diante; e tudo, certamente, compensado pela venda de produtos e prestação de serviços. Neste quadro, inserem-se as cooperativas de crédito que, pelo atendimento personalizado, vêm ganhando espaço.

Por último, mas não menos relevante, tem-se a moeda social, bem ou mal, chegando com princípios de finanças aos segmentos vulneráveis da população brasileira.



A finalidade abrange transações econômicas com um determinado fim, ou seja, fomentar a produção e o consumo, e, assim, gerando empregos e riqueza na comunidade. Existindo há mais de 20 anos no Brasil, só começaram a ganhar força recentemente, e hoje são mais de 150 circulando simultaneamente com o Real em diversos municípios brasileiros."



O Banco Palmas destaca-se como um dos primeiros a liderar a iniciativa de estruturação de moedas sociais  
Foto: Divulgação/Banco Palmas

# Marco Legal das Garantias – leituras casadas

Por Carla Beni Menezes de Aguiar e Jean Menezes de Aguiar

## 1. Generalidades

O Marco Legal das Garantias (MLG), Lei 14.711/23, publicado no Diário Oficial em 31/10/23, é socialmente importante, ampliando oportunidades. A Lei trata, na ementa, de sete matérias: 1. o aprimoramento das regras de garantia; 2. a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca; 3. a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores; 4. o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária; 5. o resgate antecipado de Letra Financeira; 6. a alíquota de imposto de renda sobre

rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior; e 7. o procedimento de emissão de debêntures.

O Brasil possui taxas de juros muito elevadas. O discurso orquestrado das próprias instituições regulatórias de que com o MLG 'podé' haver redução das taxas de juros para o tomador final, é um tipo de esperança que, todavia, necessita, de confirmação. O histórico da atividade bancário-financeira brasileira, sabidamente, não é o de baixar juros porque mercadologicamente pôde fazê-lo, mas exclusivamente porque foi obrigado à redução.



Crucial, então, numa visão econômica, será uma análise comparatística dos registros dos spreads antes da implementação do MLG, com o que ocorrerá, na vigência da lei.

Baixando-se o custo do crédito, estima-se uma redução no próprio inadimplemento do país, vez que estão previstas medidas otimizantes e rapidificadoras tanto para o crédito em si, com possibilidade, por exemplo, de o automóvel servir como garantia, como para a recuperação do crédito com medidas extrajudiciais, e comunicação até por WhatsApp ao inadimplente, ampliando a segurança e rapidificando a recuperação do crédito. Tudo somado, é possível um melhor ambiente para incremento de transações financeiras.

Também há inovações para o sistema jurídico, que gerarão, igualmente, expectativa de reflexos para o sistema econômico, podendo impactar positivamente a sociedade.

Nos dezoito artigos do MLG, há alteração de 13 leis (9514; 10406; 13476; 6015; 6766; 13105; 9492; 8935; 12249; 14113; 11312; 6404; e 14382); e três decretos-lei (911; 70; e 73). O primeiro artigo da Lei 14.711, o MLG, sintetiza seu objetivo em duas áreas de importância: o aprimoramento das regras relativas ao tratamento do crédito e garantias; e as medidas extrajudiciais para recuperação de crédito.

Basicamente, os institutos mais importantes afetados pelo MLG são: a hipoteca, a garantia, a alienação fiduciária e a execução extrajudicial, permitindo instigantes leituras casadas, entre Economia e Direito.

## 2. Sobre marcos e regulações

Buscas legislativas por garantia de situações contratuais, econômicas, pessoais e sociais, por intermédio de normas legais, são, realisticamente falando, sempre uma tentativa. Contratos valem, pacificamente, desde que um dos contratantes não resolva discuti-lo no Judiciário, sob qualquer alegação, desde a boa até a má-fé. Esta última é situação que, em muitos casos, só é revelada depois de algum ou muito tempo de processo judicial. A possibilidade ilimitada e constitucional de alguém mover um processo judicial tem sempre que ser levada em consideração. Entretanto, marcos e regulações são sempre válidos e axiologicamente bons. Apenas não existem, no Direito, blindagens absolutas impeditivas de ações judiciais, ou mesmo proibições prévias contratuais a que qualquer pessoa se dirija ao Judiciário buscando um suposto direito, por prejuízo, dano ou imaginado cumprimento defeituoso de alguma obrigação.



### Carla Beni Menezes de Aguiar

Economista. Mestra em História Econômica - Unicamp. Especialista em Economia pelo Mackenzie. Bacharel em Economia - FAAP. Professora dos MBAs da FGV desde 2005. Comentarista econômica em grandes mídias televisivas, on-line e impressas, nacionais e internacionais.



### Jean Menezes de Aguiar

Advogado. Professor de Direito da Pós-Graduação FGV. Parecerista da Coordenação de Publicações Impressas FGV e da RDA - Revista de Direito Administrativo, FGV



## As garantias, em geral, tema central do MLG, inclusive as ultimadas por escrituras públicas em cartório, continuam sendo as melhores formas de se proteger em relações negociais."

As garantias em geral, tema central do MLG, inclusive as ultimadas por escrituras públicas em cartório, continuam sendo as melhores formas de se proteger em relações negociais.

### 3. Conceitos prévios

Tenham-se, inicialmente, os conceitos, pela ordem temática do MLG, para uma básica organização do tema.

Garantia é a segurança especial atribuída à dívida, ou um vínculo ligado à ideia de patrimônio da pessoa. Atualmente, é exclusivamente o patrimônio – os bens, ou seja, os valores ativos do devedor- que responde pelos débitos assumidos, sejam voluntários e espontâneos, sejam por imposição de lei. Há dois tipos de garantias: a pessoal ou fidejussória – fide, do latim 'pela fé'-, em que um estranho ao contrato se responsabiliza pelo pagamento, se o devedor não pagar; e a garantia real – res, do latim 'coisas'-, em que é o próprio bem que fica gravado servindo de sustentação. São três as garantias reais: o penhor, a hipoteca e a anticrese, esta última em desuso. Modernamente conheceu-se a alienação fiduciária em garantia, outra garantia real. Pelo MLG, qualquer garantia pode ser constituída e levada a registro.

Execução extrajudicial é aqui uma sabida exceção ao Direito. Em regra, os atos de força – a execução importa em ato de retirada coercitiva de patrimônio do devedor- é exclusiva do Poder Judiciário. Assim é por um melhor controle e proteção do devedor, tudo fiscalizado pelo juiz. Porém, com o MLG, otimiza-se a situação, com uma negociação não gerida pelo órgão judiciário,

a ponto de se prever medidas extrajudiciais de força por intermédio de cartórios de protesto, na figura do tabelião, desde que havendo previsão na legislação especial da modalidade de garantia. A mesma execução extrajudicial, pela redação originária do MLG, valeria para a busca e apreensão de veículos, mas o presidente Lula vetou esta parte. Se a questão chegar ao Supremo Tribunal Federal, talvez seja reconhecida a constitucionalidade da medida.

Hipoteca 'é o direito real de garantia de natureza civil, incidente em coisa imóvel do devedor ou de terceiros, sem transmissão da posse ao credor' .

Alienação fiduciária em garantia é um negócio jurídico de disposição condicional. Alienar, neste caso, significa transferir a propriedade de um bem do alienante, o devedor ou um terceiro fiduciante, para o credor, ou fiduciário. Mantém, entretanto, o devedor, a posse do bem, com as obrigações de depositário, sujeitando-se à manutenção e conservação do bem. O MLG permite a inovação de alienações fiduciárias sucessivas sobre o mesmo bem, como se verá abaixo.

### 4. Novidades

Uma primeira inovação é o mesmo bem poder garantir diversas operações de crédito. Registre-se certo moralismo financeiro histórico na relação anterior que vigeu até o MLG. Assim, um imóvel que valesse 500 mil e estivesse comprometido com uma garantia de 100 mil, ficava absurda e autoritariamente imprestabilizado para outras negociações. Agora, com o MLG, dá-se racionalidade financeira à situação e, ao mesmo imóvel, é assegurada a

possibilidade de servir como garantia a outro ou outros negócios, desde que seu valor obviamente o suporte e as outras negociações se deem com o mesmo credor. Por outro lado, o MLG melhorou o tratamento do concurso de credores concorrentes, quando houver, sobre o mesmo bem, pois que uma vez iniciada uma primeira excussão sobre o bem, o tabelionato intimará os outros credores a se habilitarem. Esta garantia de publicidade personalizada a credores também aumenta a segurança para as transações.

Uma segunda novidade é o agente de garantia, figura que será escolhida pelos contratantes, incumbida de gerir e administrar o contrato em sua ultimação normal, podendo proceder a registros de gravames e garantias, e mesmo executá-las judicial ou extrajudicialmente. Conforme a proposta do Executivo, a operacionalização do serviço ficará a cargo de instituições gestoras de garantias - IGGs. São pessoas jurídicas privadas, autorizadas pelo Banco Central, com critérios definidos pelo Comitê Monetário Nacional. As IGGs serão proibidas de, no âmbito do contrato de gestão de garantias, realizar atividade típica de instituição financeira ou operações de crédito, sendo as responsáveis por executar a dívida, se se verificar inadimplemento. Ainda, definirão qual valor poderá ser alienado do bem e as condições de prazo e juros a serem negociadas com as instituições financeiras. Bancos continuarão autori-

zados a gerenciar garantias, mas as IGGs serão uma opção a mais para facilitar a atuação das fintechs no mercado de crédito.

Há de se estimar, nalguma medida, com a otimização do arcabouço regulatório no setor e a expectativa de redução de prazo para recuperação de crédito, previsível aumento da eficiência das garantias. Outrossim, com a entrada de novos agentes atuando e a geração tanto de ampliação de crédito como redução de taxas de juros, estima-se um aumento da quantidade de empréstimos, em ambas as esferas, mobiliária e imobiliária.

A terceira novidade é a ampliação das atividades cartorárias que, dentre outras coisas, passam a ter a chance de intermediar acordos, inclusive podendo o tabelião de notas atuar como mediador, conciliador, e até como árbitro, se aceito formalmente pelas partes para esta atividade específica, situação em que sua episódica sentença se equipara à do Poder Judiciário, pela Lei 9.307. Já o tabelião de protesto poderá intimar interessados por meio eletrônico ou aplicativo, como WhatsApp, e o tabelionato operar intimação por edital, se o interessado não for encontrado, tudo rapidificando procedimentos de garantias. Agirá também o tabelião com medidas de incentivos à negociação, outra informalidade salutar.



## 5. O MLG irá realmente reduzir a taxa de juros para o tomador de empréstimo?

Considerando-se que o mercado financeiro justifica as exorbitantes taxas de empréstimos decorrentes das restrições creditícias e da dificuldade em recuperar o bem, em caso de inadimplemento, há que se ver a decomposição do spread bancário antes do implemento do MLG. Tal lógica tem por objetivo avaliar, a posteriori, a veracidade do discurso das instituições bancárias de que o MLG 'pode' vir a reduzir as taxas de juros para o tomador final.

Como a metodologia do Banco Central tem a decomposição do Indicador de Custo do Crédito, ICC, relativamente a quatro grupos: Instituições complexas; Instituições de crédito de varejo; Instituições de crédito de atacado; e Instituições de indústria, conforme nota de rodapé 3, conclui-se que as instituições de crédito de varejo apresentam um spread mais de cinco vezes superior ao observado nas instituições complexas e de indústria. O inadimplemento é o fator de maior relevância no spread do ICC, conforme tabela abaixo.

**Tabela 2 - Decomposição do ICC e do spread**

Instituições de crédito de varejo

Discriminação	p.p			
	2017	2018	2019	Média
1 - Custo de captação	10,10	8,42	7,29	8,60
2 - Inadimplência	16,77	16,21	15,56	16,18
3 - Despesas administrativas	10,71	11,43	11,89	11,34
4 - Tributos e FGC	14,62	14,99	11,87	13,83
5 - Margem financeira do ICC	14,28	14,69	13,42	14,13
6 - ICC médio ajustado (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	66,48	65,74	60,03	64,08
<i>Spread do ICC (6 - 1)</i>	56,38	57,32	52,74	55,48

## 6. Considerações finais

Marcos, como tipologia legal, são sempre bem-vindos, vez que ultimam naturezas diversas relativamente a matérias a regular. Os institutos jurídicos alterados ou criados são promissores para um futuro social menos desigual, sabendo-se que instituições financeiras brasileiras se notabilizaram, na grande maioria, pela resistência à prática de juros com algum grau de razoabilidade, o que lhes garante os inerciais volumes milionários de lucros, pela própria existência no mercado.

Por sua vez, parece haver certa ode ideológica para com o que não cessa de ser invocado por analistas e jornalistas, a mística de um mercado então 'sábio' que resolveria

por uma liberalidade utópica de oferta e demanda, situações em prol da sociedade, num ultraliberalismo oitocentista já conhecido desde sempre por historiadores e economistas seniores.

Por seu turno, a Febraban afirma que o projeto aprovado pelo Congresso traz 'um arcabouço regulatório moderno, adequado à velocidade da atual sociedade, e que permite uma rápida e eficiente identificação, constituição, acompanhamento e execução das garantias'. Tudo considerado, o MLG nasce com a relevância de pressionar o sistema bancário a reduzir taxas. Espera-se que consiga e atenda seriamente à parcela usualmente menos favorecida na relação que são justamente os consumidores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil, v. IV, 27 ed., São Paulo: Saraiva, 2019, p. 330.

2 PEREIRA, Caio Mário da Silva, op. cit., p. 378.

3 <https://www.camara.leg.br/noticias/847456-proposta-do-poder-executivo-muda-as-regras-sobre-garantias-de-credito/#:~:text=Segundo%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Economia%2C%20ser%C3%A1%20vedado%20%C3%A0s%20IGGs%2C%20no,inadimpl%C3%Aancia%20do%20tomador%20do%20empr%C3%A9stimo.>

4 Recomenda-se a leitura da metodologia da decomposição do custo do crédito de spread bancário, do Banco Central, [https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE086\\_Metodologia\\_de\\_decomposicao\\_do\\_custo\\_do\\_credito\\_e\\_do\\_spread.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE086_Metodologia_de_decomposicao_do_custo_do_credito_e_do_spread.pdf)

# Economia, Formação, Mercado de Trabalho, Gênero & Diversidade

Evento organizado pela Comissão Mulher Economista e Diversidade contou com reflexões sobre igualdade, maternidade, e o impacto da Economia Feminista na sociedade

## Por Coordenação de Comunicação

O que leva à diferença entre homens e mulheres nos salários e na ocupação de cargos de liderança? De que maneira as políticas de formação acadêmica e profissional podem impactar a participação de gênero? Qual é a importância de uma participação igualitária na formulação de políticas públicas? Qual o impacto da maternida-

de na carreira das mulheres? E como incentivar mais mulheres a ingressar e permanecer no campo das ciências econômicas?

Para discutir estas e outras questões, o Cofecon realizou no dia 11 de outubro o seminário Economia, Formação, Mercado de Trabalho, Gênero e Diversidade. O evento, realizado na Universidade de Brasília, abordou questões cruciais relacionadas à igualdade de gênero no campo



A economista Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, participou da mesa especial do seminário

das ciências econômicas, proporcionando um espaço para a discussão de políticas, tendências e práticas que promovam um ambiente mais equitativo e inclusivo para a mulher.

### **Mesa especial: ministra Esther Dweck**

Uma mesa especial contou com a presença da ministra Esther Dweck, da pasta da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ela destacou que as mulheres, ao escolherem uma profissão, dão maior peso às atividades de cuidados ou serviços sociais, como saúde e educação. “Elas são a maior parte das graduandas, mas isso não se reflete no mercado de trabalho”, observou. “As mulheres acabam indo para setores com mais baixa remuneração e menor potencial de crescimento. E uma mulher negra pode ter um salário 40% menor que uma branca”.

Dweck fez referência a algo que chamou de mitos econômicos. Um deles é o de que a carga tributária no Brasil é maior que na América Latina. “Há uma diferença muito grande em serviços prestados. Um regime de previdência público, um sistema de saúde universal, a educação mais completa. Isso exige uma carga tributária relevante”, pontuou. “Há uma comparação com a OCDE: carga relevante e serviços de menor qualidade. Olhando a porcentagem do PIB, não vemos o gasto por cidadão, que é muito superior nos países da OCDE. Ainda assim, saúde e educação no Brasil chegam próximo em termos de qualidade”.

No seu ministério, Dweck destacou a importância da busca pela eficiência. “Um dos grandes objetivos deste governo é como reduzir as desigualdades amplas que há no Brasil. Não são naturais, não devem permanecer e geram uma série de prejuízos à sociedade”, argumentou. E destacou dois programas: as escolas de tempo integral e as creches. “Escolas públicas e creches são fundamentais para que as mulheres possam participar do mercado de trabalho e sair da condição de violência”, concluiu.

### **Economia e mercado de trabalho**

Silvana Parente, diretora de Economia Popular e Solidária do Ceará, abriu a mesa de debates sobre economia e mercado de trabalho

falando das causas da desigualdade de gênero. “Relatório recente do Banco Mundial aponta que quanto mais igualdade de gênero, maior o desenvolvimento econômico”, observou. Ela também citou que as mulheres trabalham, em média, 21,4 horas semanais sem remuneração. “Na cabeça das pessoas, é como se isso não fosse trabalho. É uma economia invisível. Precisamos de políticas públicas. Se a mulher da periferia e da favela tivesse uma creche para colocar seu filho, estas horas de trabalho diminuiriam”.

Andréa Kovalczuk, vice-presidente do Co-recon-PR, falou da atuação feminina na área de perícia econômico-financeira. “A pandemia nos trouxe liberdade. Mais do que home office, liberdade geográfica e de horários – mas fiquem atentos, porque estamos amarrados a prazos judiciais. Somos multitarefas. Podemos sempre fazer novas especializações. Mas temos desafios, e um dos principais é entrar no mercado de trabalho. Estudamos mais, trabalhamos mais, mas ainda ganhamos menos que os homens”.

Eliane Martins, vice-presidente do Co-recon-SC, falou sobre a atuação da mulher em várias áreas da economia. “Ela pratica o verdadeiro objeto de estudo da economia que é a escassez. É a mulher quem controla os parques re-



**As mulheres acabam indo para setores com mais baixa remuneração e menor potencial de crescimento. E uma mulher negra pode ter um salário 40% menor que uma branca”**  
**- Esther Dweck**

cursos para que a família possa se alimentar e tenha o mínimo possível das suas necessidades atendidas”, comentou. “Sempre que alguém nos pergunta quais são nossas atividades, temos a tendência de minimizar o que nós fazemos. Precisamos mostrar nossa importância”.

Luiza Borges Dulci, gerente de projetos da Secretaria Geral da Presidência, abordou a economia dos cuidados, colocando três conceitos: trabalho, direito/necessidade e bem público. “As mulheres se dedicam mais ao trabalho de cuidado, tanto em ambiente rural ou urbano. São 21 horas semanais, contra 11 dos homens. Para eles, o emprego não muda o número de horas; as mulheres ocupadas dedicam em torno de 17 horas; as desempregadas, 24”. Outro dado trazido por ela é que 30% das mulheres em idade ativa não estavam procurando emprego devido às suas responsabilidades com filhos, parentes ou afazeres domésticos (contra 2% dos homens).

## Economia, Gênero e Diversidade

Maria Tannuri-Pianto questionou as causas da desigualdade no mercado e mencionou trabalhos realizados por algumas de suas alunas. Um deles traz dados sobre aumento da escolaridade com recorte de raça: um terço das mulheres brancas nascidas entre 1980 e 1989 têm nível superior, enquanto as outras têm 17% (contra 25% e 12% dos homens). “Ainda assim, as mulheres ganham menos. A diferença salarial era de 46% em 1981 e de 25% em 2022”, constatou. Outra aluna quis isolar o impacto da maternidade na determinação do salário. “Mulheres com filhos pequenos ganham mais que outras mulheres e trabalham menos. Com o passar do tempo, isso vai mudando. Elas voltam a trabalhar mais e há mulheres ganhando 15% menos que as outras só porque tiveram filhos. A curva de rendimento nunca é recuperada”.

Maria Sílvia Macchione Saes, professora da Universidade de São Paulo, apontou que o trabalho doméstico não remunerado ainda é, em grande parte, responsabilidade das mulheres. E mostrou gráficos sobre a posição da mulher no mercado de trabalho ao longo dos últimos 200 anos, com uma curva em forma de U. “Havia um papel muito grande na divisão do trabalho essen-

cialmente agrícola. Isso diminuiu até a década de 1930, quando começou a haver uma ascensão no mercado formal”, informou. “As mulheres evitam o chamado trabalho ganancioso, que remunera melhor as atividades que demandam mais horas e são menos flexíveis”.

Isabel Santos Ribeiro, vice-presidente do Corecon-BA, trouxe ao debate a experiência do seu estado. “Temos o sétimo PIB do Brasil, mas com uma população mal remunerada e alto grau de informalidade (2,9 milhões de pessoas em 2021). Em muitas cidades baianas o maior empregador é o setor público, e o que melhor remunera”, enfatizou. Outro dado mostra que as empresas com 1 a 4 empregados representam 58% dos empregos com carteira assinada. “A pequena empresa carrega o emprego com baixa remuneração. É algo que o país precisa repensar”.

Marilane Teixeira, da Universidade Estadual de Campinas, explicou que o conceito de neutralidade invisibilizou as mulheres. “Queremos pensar a economia através de outras perspectivas. Na economia feminista, a teoria da reprodução social é muito importante. Vamos passar



Daniela Freddo, coord. do curso de Ciências Econômicas da UnB; Olgamir Amancia, representante da reitoria da UnB; Eduardo Rodrigues da Silva, vice-presidente do Cofecon; Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, coord. da Comissão Mulher Economista e Diversidade; José Luiz Pagnussat, presidente do Corecon-DF; e Ayuni Sena, PET Economia UnB

pela década da crise dos cuidados e não queremos que isso sobrecarregue as mulheres”, destacou. “Hoje 43 milhões de mulheres estão fora do mercado de trabalho – e, no mercado de trabalho, há um processo de discriminação aviltante. Elas são avaliadas por critérios como disponibilidade, que é a capacidade de jantar com clientes, fazer horas extras e viajar”.

## Ensino de Economia, Gênero e Diversidade

A presidente do Corecon-MG, Valquíria Assis, trouxe um trabalho da professora Cristiane Santos e da aluna Cibele Rosa, da Universidade Federal de Ouro Preto, no qual foi feita uma pesquisa com 31 professoras. “E 28 delas afirmaram que as oportunidades não são iguais. As responsabilidades atribuídas requerem tempo e dedicação e algumas delas são mães, o que dificulta a chegada a cargos de maior prestígio”, afirmou. “As pesquisadoras concluíram que a igualdade de oportunidades legais na academia não reflete a realidade das mulheres economistas, que enfrentam obstáculos como discriminação em am-

bientes majoritariamente masculinos. É necessário denunciar as práticas sexistas que ocorrem no dia a dia acadêmico”.

Kellen Brito, pesquisadora da Universidade Federal do Piauí, falou sobre a questão de gênero dentro do curso de Ciências Econômicas e o ensino de economia com um olhar de gênero. “Minha experiência é conviver com dois terços de estudantes e professores homens e um terço de mulheres, o que demonstra que a escolha do curso tem viés de gênero. Nós, mulheres, ouvimos desde cedo que o cérebro feminino não é suficientemente lógico ou matemático”, expressou. “Na UFPI a política de permanência para mulheres que são mães é uma bolsa de 400 reais. Prefiro que guardem este dinheiro e nos deem a creche”. Por fim, discorreu sobre a utilidade de uma economia feminista. “Tudo o que é dito neutro é androcêntrico, masculinista, construído por um homem que acha que o olhar dele é o único que existe. Nós estamos aqui para fazer outros olhares”.

Adriana Amado, da Universidade de Brasília, refletiu sobre a motivação ao escolher uma carreira – no caso, a de economia. Observou que o mercado de trabalho desta profissão é bom – o que, em princípio, não representa nenhum desincentivo às mulheres. “Nessa fase de escolha de curso, elas estão preocupadas com o que elas ouvem e com o que elas são capazes de atuar dentro daquilo que é dito. A economia deveria ter uma vantagem frente às demais possibilidades de profissão: ela tem uma diversidade enorme e poderia dar aos estudantes o que eles mais querem, que é a flexibilidade de escolher um bom mercado”.

Vilma Guimarães falou de sua trajetória profissional e contou sobre uma palestra que realizou acerca do mercado de trabalho em perícia para mulheres. “Fiquei impressionada com a repercussão. Muitas mulheres vieram me procurar para falar sobre as dificuldades, porque eu falei exatamente disso. Se você se emociona com alguma questão, isso ainda é visto como frescura”, comentou. “Estou na área de Previdência há 35 anos. Percebo que 60% das mulheres não têm aposentadoria porque acreditavam na aposentadoria do marido. Ele tem uma aposentadoria pelo





**“O feminismo para 1% foi apropriado pelo mercado, pelas marcas de roupa, mas não aparece nas condições de trabalho da mulher. Esse discurso aparece com o achatamento do orçamento, retirando exatamente as condições para que essa mulher esteja nas estruturas de poder”.**

**– Luciana Acioly**

teto da previdência, e ela terá uma pelo salário mínimo. Essa é uma realidade que nos choca”.

### **Desenvolvimento econômico e igualdade racial**

Thais Custodio disse que não há desenvolvimento econômico sem pensar em igualdade racial. “Hoje 54% da população se declara como negra (pretos e pardos), mas os espaços de liderança, poder e decisão seguem muito distantes. Não é suficiente ter apenas um ministério, ele precisa ter intersecção com outras pastas, inclusive a da Fazenda e a do Planejamento”, enfatizou.

Luciana Acioly, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, falou do livro “Feminismo para 99%”, de Nancy Fraser. “Essa agenda da liberdade de mercado, da redução do Estado, é baseada no individualismo e na meritocracia. Eles passam a se ver como meritocráticos, antirracistas, não homofóbicos, juntando a questão econômica com a representação, como se essas pessoas estivessem de fato representadas nesta proposta neoliberal de construir um mercado”, explicou Luciana. “O feminismo para 1% foi apropriado pelo mercado, pelas marcas de roupa, mas não aparece nas condições de trabalho da mulher. Esse discurso aparece com o achatamento do orçamento, retirando exatamente as condições para que essa mulher esteja nas estruturas de poder”.

### **Claudia Goldin, Nobel de Economia**

Várias pessoas fizeram referência ao anúncio da economista Claudia Goldin como ganhadora do Nobel de Economia de 2023. “É um tema importante. Mas, em economia, há no mínimo duas ou três maneiras diferentes de olhar a mesma situação. Ela é da área de economia de gênero, mas existe também a economia feminista, que não naturaliza esta divisão e confronta até com a própria evolução do sistema capitalista”, afirmou a ministra Esther Dweck.

“É um tema que, em importância, eu compararia somente ao [prêmio Nobel dado a] Amartya Sen, pelos estudos sobre a pobreza”, expressou, na mesa de abertura, o presidente do Corecon-DF, José Luiz Pagnussat. “Esta linda surpresa da Academia Sueca jogou luz sobre o tema da divisão desigual de trabalho entre homens e mulheres dentro e fora do mercado de trabalho”, comemorou a professora Daniela Freddo.

Adriana Amado destacou a importância do tema de estudo de Claudia Goldin e falou sobre a maternidade: “As pessoas dizem que você ganha menos porque sua produtividade é menor, porque teve filhos. A mulher deve responder: se eu não tiver filhos, quem é vai ter? Isso é um senhor problema para a sociedade. Ela está disposta a pagar por esta solução?”.

**Panorama da Economia:  
Cofecon apresenta  
retrato do País nos  
últimos 10 anos.**

**Panorama da  
Economia**

posicionamentos extraídos  
das notas oficiais do Cofecon



**COFECON**  
Comitê Técnico de Política

**Economia  
em debate**

**Saiba mais!**

Aponte a câmera do seu  
celular para o código QR!



# Regionalidades: Panorama e desafios do mercado de trabalho na Bahia

Por Isabel Ribeiro

Segundo estudos realizados pelo DIEESE-BA<sup>1</sup>, os anos 2000 apresentaram peculiaridades na conformação do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia. Entre 2000 e 2010, houve o efeito adverso dos desdobramentos da crise financeira internacional deflagrada no final de 2008, que atingiu, sobretudo, o sistema financeiro e a economia dos países desenvolvidos. No Brasil, o efeito imediato da crise foi o desaquecimento do nível de produção, através de uma queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, causando a retração no ritmo de geração de empregos formais. Entretanto, após uma série de políticas anticíclicas do governo, se conseguiu atenuar a progressão dos impactos sobre a economia do país.

A dinâmica de funcionamento do mercado trabalho entre 2004 e 2014 estava integrada a um conjunto de políticas públicas de expansão do crédito produtivo, também voltadas para a população, criação de programas e linhas de financiamento habitacional, aliada a políticas de distribuição de renda e sociais, nas áreas de educação saúde e assistência, que impulsionavam o consumo, o investimento e a renda, criando um círculo econômico virtuoso.

A partir de 2015 observa-se uma mudança rigorosa no cenário político, econômico e institucional brasileiro, com a reversão da política macroeconômica em curso até então, afetando todas as esferas administrativas de governo e da população. Segundo DIEESE (2017), os resultados negativos do PIB refletiam as dificuldades econômicas generalizadas, demonstradas em todos os componentes da demanda agregada interna, que também se deprimiram em 2015 e 2016, destacando-se, entre eles, o declínio da formação bruta de capital fixo ou taxa de investimento, o corte dos gastos do Governo e a redução da despesa de consumo das famílias.

Em decorrência, o que se observa em todo o país entre 2015 e 2020 é um declínio no saldo de emprego celetista em todo o Brasil, a reversão ocorre a partir de 2020, contudo, com saldo de 2022 inferior apresentado ao saldo de 2021. No Brasil, essa redução correspondeu a 27%, no Nordeste 23% e na Bahia 15%.

No início de 2021, a Bahia enfrentou o que os médicos sanitários identificaram como uma segunda onda de contágio da pandemia da Covid-19, inclusive, muito mais intensa do que se viveu no período em que se atingiu os maiores números de casos confirmados e de óbitos e as mais elevadas taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid em 2020. A partir de julho, os indicadores epidemiológicos da Covid-19 na Bahia estavam mais controlados, a partir do avanço da cobertura vacinal da população e, com isso, o nível de atividade econômica no estado foi sendo progressivamente retomado. Cabe salientar que no presente ano, do ponto de vista setorial, não houve o mesmo nível de fechamento de estabelecimentos que foi praticado em 2020. A retração detectada em 2022,

Nível Geográfico	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>BRASIL</b>	<b>-1.534.989</b>	<b>-1.326.558</b>	<b>-11.964</b>	<b>544.953</b>	<b>644.079</b>	<b>-192.814</b>	<b>2.777.119</b>	<b>2.026.915</b>
<b>NORTE</b>	<b>-97.111</b>	<b>-78.989</b>	<b>5.247</b>	<b>28.730</b>	<b>32.576</b>	<b>52.472</b>	<b>164.978</b>	<b>117.797</b>
<i>Rorônia</i>	-15.763	-12.022	1.999	2.663	3.437	829	16.278	16.104
<i>Acre</i>	-1.848	-2.771	176	-1.002	353	2.685	7.979	7.557
<i>Amazonas</i>	-36.296	-17.356	2.176	6.075	11.129	8.505	37.053	34.387
<i>Roraima</i>	-124	268	2.662	-458	2.261	3.464	4.937	7.440
<i>Pará</i>	-36.387	-39.432	-6.439	15.709	13.075	30.567	74.440	31.948
<i>Amapá</i>	-4.628	-3.685	170	2.489	352	1.005	6.287	5.724
<i>Tocantins</i>	-2.065	-3.991	4.503	3.254	1.969	5.417	18.004	14.637
<b>NORDESTE</b>	<b>-251.260</b>	<b>-242.659</b>	<b>-14.734</b>	<b>86.974</b>	<b>76.561</b>	<b>-16.993</b>	<b>501.348</b>	<b>384.517</b>
<i>Maranhão</i>	-15.351	-17.642	2.299	10.013	10.707	16.906	44.673	40.608
<i>Piauí</i>	-2.140	-12.612	3.338	5.884	1.981	-3.604	21.219	13.114
<i>Ceará</i>	-34.336	-37.194	-2.450	23.382	10.319	6.556	82.492	67.899
<i>Rio Grande do Norte</i>	-11.929	-15.653	847	5.939	3.741	-3.318	32.764	21.348
<i>Paraíba</i>	-14.971	-12.001	-3.343	5.459	6.154	2.366	34.618	22.685
<i>Pernambuco</i>	-87.207	-47.617	-6.498	4.166	9.696	-10.525	95.226	66.274
<i>Alagoas</i>	-4.303	-11.559	-8.176	425	731	1.541	31.066	19.407
<i>Sergipe</i>	-4.933	-15.314	-851	1.022	2.374	-4.788	15.635	11.791
<i>Bahia</i>	-76.090	-73.067	100	30.684	30.858	-22.127	143.655	121.391
<b>SUDESTE</b>	<b>-892.689</b>	<b>-791.309</b>	<b>-77.271</b>	<b>257.443</b>	<b>318.219</b>	<b>-269.502</b>	<b>1.335.462</b>	<b>977.313</b>
<i>Minas Gerais</i>	-196.576	-118.015	23.384	81.893	97.720	1.320	319.511	178.178
<i>Espírito Santo</i>	-44.835	-37.914	-1.827	17.791	19.537	2.543	54.827	44.798
<i>Rio de Janeiro</i>	-183.151	-238.528	-92.592	9.235	16.829	-151.421	186.507	193.709
<i>São Paulo</i>	-468.127	-396.852	-6.236	148.524	184.133	-121.944	774.617	560.628
<b>SUL</b>	<b>-229.042</b>	<b>-147.191</b>	<b>34.399</b>	<b>103.585</b>	<b>143.273</b>	<b>25.291</b>	<b>489.789</b>	<b>309.534</b>
<i>Paraná</i>	-76.162	-60.921	13.381	41.391	51.441	30.108	177.551	118.758
<i>Santa Catarina</i>	-58.639	-32.769	29.286	41.724	71.406	37.104	168.333	90.766
<i>Rio Grande do Sul</i>	-94.241	-53.501	-8.268	20.470	20.426	-41.921	143.905	100.010
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>-64.887</b>	<b>-66.410</b>	<b>40.395</b>	<b>68.221</b>	<b>73.450</b>	<b>15.156</b>	<b>279.651</b>	<b>232.127</b>
<i>Mato Grosso</i>	-16.234	-1.931	-5.061	-2.918	12.599	13.439	69.478	57.785
<i>Mato Grosso do Sul</i>	-9.852	-17.900	16.526	26.696	23.060	7.955	39.932	40.946
<i>Goiás</i>	-23.731	-19.327	26.819	26.487	21.550	10.211	113.060	87.548
<i>Distrito Federal</i>	-15.070	-27.252	2.111	17.956	16.241	-16.449	57.181	45.848
<i>Não Informado</i>						762	5.891	5.627



## Isabel Ribeiro

Vice-presidente do Corecon-BA e gerente adjunta da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Bahia

em relação a 2021, expressa baixa expectativa dos empresários em fazer novos investimentos, bem como baixas perspectivas das famílias ampliarem o consumo. Quanto à contribuição, conjuntamente, comércio e serviços foram responsáveis por 62,3% do emprego formal da mão de obra com carteira assinada.

**Tabela 2 - Saldo do emprego celetista, segundo o setor de atividade econômica. Bahia, jan. - dez. de 2022.**

Setores	Saldo	Participação Relativa
Agropecuária	6.300	5,2%
Comércio	17.068	14,1%
Construção	19.649	16,2%
Indústria Geral	19.919	16,4%
Serviços	58.451	48,2%
Não identificado	4	0,0%
<b>Total</b>	<b>121.391</b>	

Fonte: Novo Caged - MTE. Elaborado por: SEI/DIPEQ, 2023.

Analisando-se pela ótica da remuneração, nota-se que, no contexto do estado, a média salarial da administração pública está significativamente acima da média dos trabalhadores do setor privado nos três setores da atividade. Dentre estes, a agricultura é a que possui o menor salário médio. Por outro lado, a indústria apresenta um salário médio superior às demais, mesmo que ainda esteja na faixa de 50% dos valores da administração pública. Ao longo desse período as remunerações apresentaram um crescimento médio de 2,1%, enquanto a média anual da inflação 5,3%.

**Tabela 1 – Média Salarial por Setor no Estado da Bahia**

Setor	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Evolução 2020 - 2021	Evolução 2016 - 2021	Crescimento médio anual
Agricultura	1.264,0	1.327,0	1.347,0	1.432,0	1.484,0	1.559,0	5,1%	23,34%	3,9%
Indústria	2.267,0	2.430,0	2.407,0	2.461,0	2.407,0	2.570,0	6,8%	13,37%	2,2%
Comércio	1.576,0	1.702,0	1.744,0	1.757,0	1.702,0	1.854,0	8,9%	17,64%	2,9%
Serviços	2.050,0	2.184,0	2.237,0	2.236,0	2.173,0	2.343,0	7,8%	14,29%	2,4%
Administração Pública	5.191,0	5.526,0	5.462,0	6.078,0	5.587,0	5.559,0	-0,5%	7,09%	1,2%
Média Setores	2.469,6	2.633,8	2.639,4	2.792,8	2.670,6	2.777,0	4,0%	12,45%	2,1%
Resultado IPCA ao Ano	6,29%	2,95%	3,75%	4,31%	4,52%	10,06%			5,3%

Fontes: PNAD: micro dados (2023). IBGE(IPCA)

Não pode deixar de mencionar a questão da informalidade, onde, com a maior incidência o setor de serviços conta com diversos empregos que não são registrados, logo não contribuintes, e tampouco computados, aumentando o espectro da informalidade, pelas características fluidas do segmento. Estimativas, a partir dos dados do IBGE, apresentam um panorama sobre o tamanho dos trabalhadores informais, não contabilizadas em nenhuma face do mercado de trabalho, cerca 3,2

milhões de pessoas em 2021. As facilidades de entrada e a diminuição da oferta de postos de trabalho são elencados como principais motivos para entrada na informalidade.

Estima-se que informalidade ocupou cerca de 40 milhões de trabalhadores no Brasil em 2022. Estudos da Fundação Getúlio Vargas apontam que 88% dos trabalhadores informais desejam um registro, seja de CLT, seja de CNPJ. Os números para os estados carecem de fontes atualizadas e voltadas para este fenômeno.

Analisando-se infográficos produzidos pelo DIEESE em maio de 2022, a Bahia contava, em 2021, com 49% da população ocupada, uma taxa um pouco inferior à de 2019(50%). Nesse mesmo período, entre 2019 e 2021, se observa decréscimo nas taxas de subocupação e acréscimos nas taxas da informalidade e desocupação. Em 2021 se contabilizava 5,9 milhões de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas; 2,9 milhões na informalidade e 17,3% da população em situação de desocupação. 682 mil pessoas estavam na situação de desalento na Bahia em 2022 (desistiram de procurar emprego).

### Infográfico 1 – Mercado de Trabalho Brasil e Bahia 2019-2021



Fonte: <https://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/1demaio.pdf>.

Informações obtidas no <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/> permitiram conhecer as seguintes características no mercado de trabalho da Bahia em 2021: os empreendimentos com até 4 empregados são responsáveis por 58,78% dos indivíduos com vínculos formais, que recebem a menor remuneração nominal média, que corresponde a 40,25% da remuneração dos 271 empreendimentos com 1.000 ou mais empregados.

**Tabela 2 - Estabelecimentos com vínculos por tamanho - 2021**

Tamanho dos Estabelecimentos	Número de Estabelecimentos	Participação Relativa	Remuneração nominal média
0 Empregado	16.796	9,07%	
De 01 a 4 empregados	108.870	58,78%	1.447,79
de 5 a 9 empregados	30.542	16,49%	1.652,48
De 10 a 19 empregados	15.783	8,52%	1.858,25
De 20 a 49 empregados	8.336	4,50%	2.148,45
De 50 a 99 empregados	2.386	1,29%	2.301,30
De 100 a 249 empregados	1.318	0,71%	2.609,75
De 250 a 499 empregados	540	0,29%	2.753,48
De 500 a 999 empregados	368	0,20%	2.858,09
1.000 ou mais empregados	271	0,15%	3.596,69
<b>Total</b>	<b>185.210</b>	<b>100%</b>	

Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>

Conjuntamente as atividades de comércio e serviços eram responsáveis por 78,65% do estoque de mão de obra formalmente contratada, com uma remuneração média de R\$ 2.447,51, abaixo da indústria geral (R\$ 2.984,35), que foi responsável por apenas 11,42% do estoque. A agropecuária tem a menor participação relativa (4,7%) e a menor remuneração entre os setores.

**Tabela 3 – Estoque por grupamento de atividade econômica**

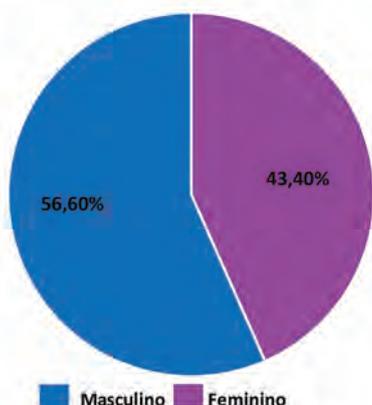
Atividade Econômica	Estoque por grupamento de atividade econômica - 2021	Participação Relativa	Remuneração nominal média
Serviços	1.417.593	59,99%	2.885,30
Comércio	440.931	18,66%	2.010,02
Indústria Geral	269.917	11,42%	2.984,35
Construção	124.005	5,25%	2.379,42
Agropecuária	110.752	4,69%	1.798,70
<b>Total de Indivíduos</b>	<b>2.363.198</b>	<b>100%</b>	

Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>

Indivíduos do sexo feminino têm a menor participação relativa e recebem 98,5% da remuneração do sexo masculino. Em 16 Territórios de Identidade mulheres apresentaram rendimento nominal médio superior aos homens (ver tabela 4).

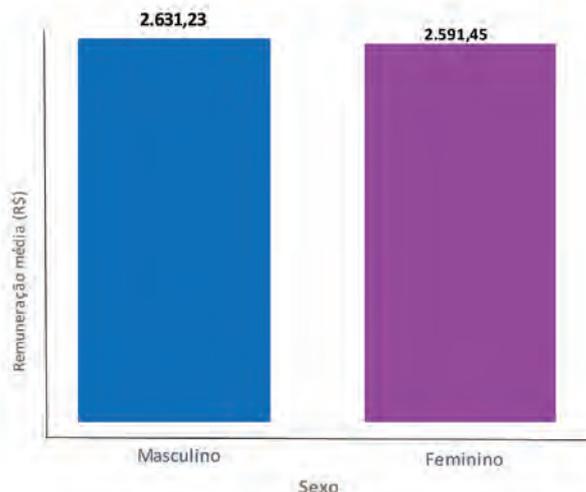
**Figura 1 – Estoque e remuneração nominal média por gênero**

Estoque por sexo - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Remuneração nominal média por sexo - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>

**Tabela 4 - Remuneração Média Mensal Mulheres > Homens**

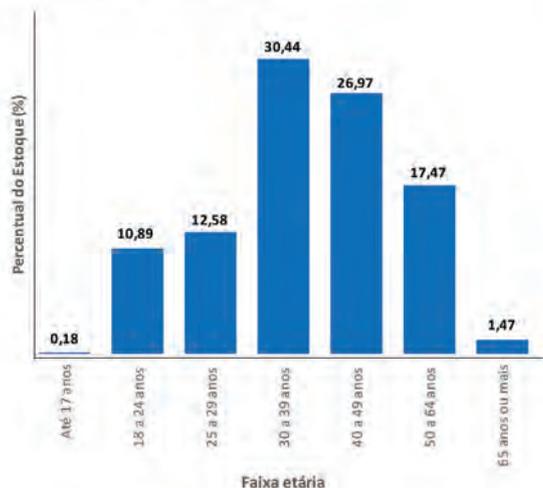
Mercado de Trabalho 2021	Estoque de Vínculos		Remuneração nominal média		B/A
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino(A)	Sexo Feminino(B)	
Bahia	56,60%	43,40%	R\$ 2.631,23	R\$ 2.591,45	0,98
Média TIs	54,57%	45,41%	R\$ 2.127,26	R\$ 2.157,79	1,01
TI Bacia do Jacuípe	49,74%	50,26%	R\$ 1.710,58	R\$ 2.051,17	1,20
TI Baixo Sul	50,97%	49,03%	R\$ 1.821,92	R\$ 2.142,62	1,18
TI Chapada Diamantina	52,93%	47,07%	R\$ 1.993,82	R\$ 2.020,64	1,01
TI Costa do Descobrimento	57,86%	42,14%	R\$ 2.127,81	R\$ 2.178,73	1,02
TI Irecê	50,06%	49,94%	R\$ 2.080,96	R\$ 2.178,57	1,05
TI Litoral Sul	56,26%	43,74%	R\$ 2.173,53	R\$ 2.253,74	1,04
TI Médio Rio de Contas	58,34%	41,66%	R\$ 1.967,98	R\$ 2.153,19	1,09
TI Médio Sudoeste Bahia	56,83%	43,17%	R\$ 1.761,99	R\$ 1.923,92	1,09
TI Piemonte do Paraguaçu	51,12%	48,88%	R\$ 1.721,79	R\$ 1.900,00	1,10
TI Recôncavo	54,23%	45,68%	R\$ 2.090,10	R\$ 2.183,95	1,04
TI Semiárido Nordeste II	48,12%	51,88%	R\$ 2.001,00	R\$ 2.315,69	1,16
TI Sertão do São Francisco	57,05%	42,95%	R\$ 2.113,96	R\$ 2.173,96	1,03
TI Sertão Produtivo	57,67%	42,33%	R\$ 2.110,32	R\$ 2.039,91	0,97
TI Sisal	50,93%	49,07%	R\$ 2.065,49	R\$ 2.144,88	1,04
TI Vale do Jiquiriçá	48,36%	51,64%	R\$ 1.864,55	R\$ 2.045,44	1,10
TI Velho Chico	51,41%	48,59%	R\$ 1.958,17	R\$ 2.191,32	1,12

Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>

Havia elevada participação de indivíduos acima de 30 e até 49 anos (57,41%) em detrimento dos mais jovens, em especial de 18 a 24 anos (10,89%), que percebem a remuneração nominal média correspondente a 53,48% dos indivíduos de 30 a 39 anos. Embora representassem apenas 1,47% do estoque de trabalhadores, os indivíduos acima de 65 anos recebiam a maior renda nominal média entre as faixas etárias (R\$ 5.489,66).

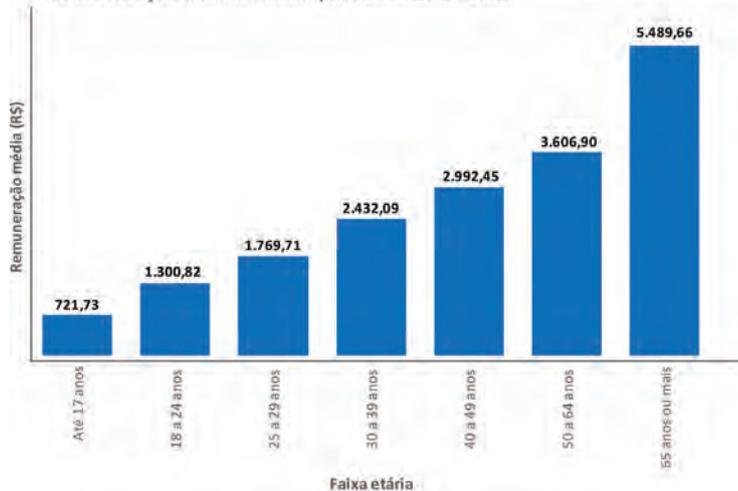
**Figura 2 – Estoque e Remuneração por Faixa Etária**

Estoque por faixa etária - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

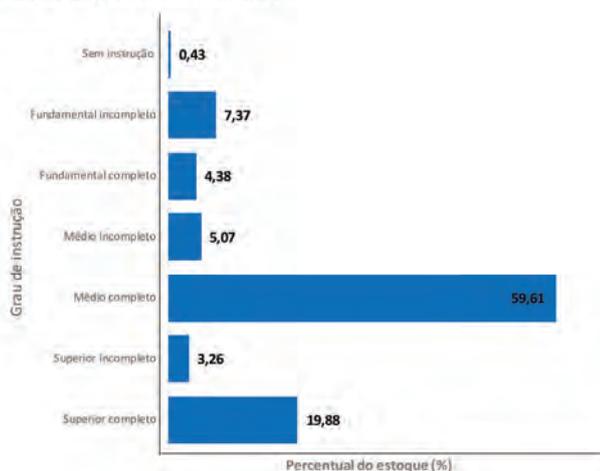
Remuneração nominal média por faixa etária - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

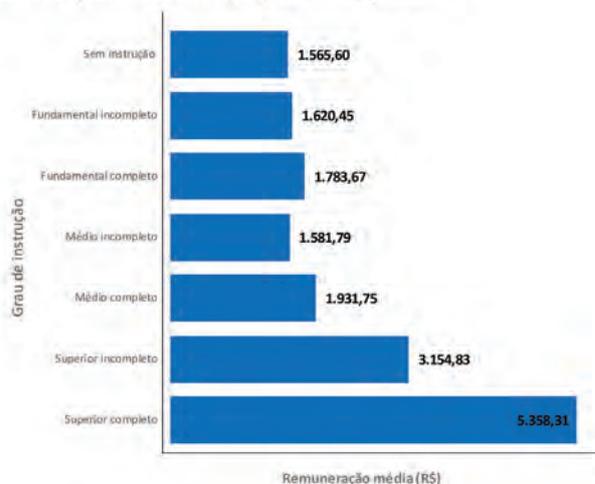
Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>

Estoque por grau de instrução - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Remuneração nominal média por grau de instrução - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Analisando-se pela ótica do grau de instrução, prevalece a participação de indivíduos com o ensino médio completo (59,61%), seguido do superior completo (19,88), onde a remuneração nominal média dos indivíduos com ensino médio completo correspondia a 36% dos indivíduos com o superior completo.

No que se reporta a distribuição por Território de Identidade, a TI Região Metropolitana de Salvador concentrava cerca de 32% dos estabelecimentos, seguido do TI Portão do Sertão, com aproximadamente 8%, 6% no TI no Litoral Sul e aproximadamente 5% na TI Bacia do Rio Grande. 91% desses estabelecimentos possuem empregados, e 9% não possuem empregados. Por concentrar 32% dos estabelecimentos, a TI RMS foi responsável por 44,23% dos Indivíduos contratados com carteira assinada, seguido do TI Portal do Sertão, com 7,29%, do TI Médio Rio de Contas com 4,72% e TI Bacia do Rio Grande com 3,6%.

**TABELA 1 – Estabelecimento e Estoques com Vínculos**

Mercado de Trabalho 2021	Estabelecimentos com Vínculos			Estoque de Vínculos	
		Partic Estab (%) TI/Estado da Bahia	Com Empregados	Sem Empregados	Partic Ind (%) TI/Estado da Bahia
<b>Bahia</b>	<b>185.210</b>		<b>90,93%</b>	<b>9,07%</b>	<b>2.353.198</b>
TI Bacia do Jacuípe	2.371	1,28%	91,90%	8,10%	22.745
TI Bacia do Paramirim	1.024	0,55%	94,43%	5,57%	9.459
TI Bacia do Rio Corrente	1.922	1,04%	91,21%	8,79%	23.894
TI Bacia do Rio Grande	9.203	4,97%	89,43%	10,57%	84.563
TI Baixo Sul	3.502	1,89%	92,92%	7,08%	34.439
TI Chapada Diamantina	2.864	1,55%	92,21%	7,79%	30.792
TI Costa do Descobrimento	7.879	4,25%	89,95%	10,05%	70.632
TI Extremo Sul	7.029	3,80%	89,96%	10,04%	63.268
TI Irecê	3.039	1,64%	90,75%	9,25%	32.465
TI Itaparica	1.564	0,84%	91,05%	8,95%	18.462
TI Litoral Norte e Agreste Baiano	4.998	2,70%	91,52%	8,48%	66.072
TI Litoral Sul	11.215	6,06%	91,13%	8,87%	111.069
TI Médio Rio de Contas	4.593	2,48%	90,90%	9,10%	42.072
TI Médio Sudoeste Bahia	3.370	1,82%	91,87%	8,13%	34.023
TI Metropolitano de Salvador	59.067	31,89%	90,69%	9,31%	1.040.855
TI Piemonte da Diamantina	2.024	1,09%	91,95%	8,05%	20.306
TI Piemonte do Paraguaçu	2.335	1,26%	91,82%	8,18%	26.755
TI Piemonte Norte do Itapicuru	2.255	1,22%	91,88%	8,12%	23.818
TI Portal do Sertão	14.797	7,99%	90,73%	9,27%	171.647
TI Recôncavo	6.182	3,34%	91,99%	8,01%	68.842
TI Semiárido Nordeste II	2.424	1,31%	92,66%	7,34%	28.575
TI Sertão do São Francisco	4.718	2,55%	90,67%	9,33%	69.885
TI Sertão Produtivo	6.729	3,63%	90,89%	9,11%	56.047
TI Sisal	4.158	2,25%	90,67%	9,33%	45.456
TI Sudoeste Baiano	10.585	5,72%	90,96%	9,04%	101.566
TI Vale do Jiquiriçá	2.523	1,36%	92,43%	7,57%	26.393
TI Velho Chico	2.735	1,48%	91,85%	8,15%	29.098

Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>

Chegando à finalização da análise dos números anteriormente apresentados, pode-se inferir que reversões no cenário político, econômico e institucional no Brasil, a partir de 2015, afetaram a formação bruta de capital fixo, as taxas de investimentos e o consumo das famílias, impactando negativamente o saldo de emprego de celetistas até 2017. A ascensão entre 2018 e 2019 voltou a ser impactada em 2020, em consequência dos efeitos da Covid-19, voltando a apresentar saldos positivos entre 2021 e 2022, contudo os números de 2022 inferiores a 2021, refletindo uma certa desconfiança do empresário e redução do consumo das famílias. Essa realidade é nacional e o Estado da Bahia espelha esse cenário.

Os números de 2022, na Bahia, expressam uma concentração do saldo de emprego celetista nos setores de comércio e serviços (78,65%), cujas remunerações médias são inferiores às oferecidas na indústria, contudo ficam acima da agricultura, que apresentou menor participação relativa e menor remuneração nesse ano.

Observando-se dados atualizados até 2021, 49% das pessoas com 14 anos ou mais, 5,9 milhões, se encontravam ocupadas, enquanto cerca de 50% dessa população, 2,9 milhões, estavam na informalidade e 17,3% em situação de desocupação e desalento. Chama atenção o elevado grau de participação de estabelecimentos com até 09 empregados, correspondendo a 75,27%, na geração de

empregos com carteira assinada, portanto microempresas, onde a remuneração nominal média correspondia a 40, 25% da remuneração oferecida pelos empreendimentos com 1.000 ou mais empregados.

Quanto ao perfil desses trabalhadores, quase 57% são do sexo masculino, onde as mulheres receberam um rendimento médio correspondente a 98,5% do sexo masculino. Além da menor participação das mulheres no mercado de trabalho, havia também uma menor participação de indivíduos na faixa etária entre 18 e 24 anos (10,89%), cuja renda média correspondia a R\$ 1.300,82, bem como uma maior predominância de indivíduos com apenas o ensino médio completo (59,61%), percebendo um rendimento de R\$ 1.931,75. 40% dos empregos estavam concentrados nos Territórios de Identidade Metropolitana de Salvador e TI Portal do Sertão.

Por fim, depreende-se que políticas públicas necessitam ser aplicadas para modificar a configuração do mercado de trabalho na Bahia, que viabilize a desconcentração territorial e setorial, e que permita a maior inserção de mulheres e mais jovens via programas de educação e formação para o setor produtivo. Isso potencialmente elevaria o rendimento médio, a qualidade da força de trabalho e consequentemente reduziria a desocupação e a situação de desalento, induziria a elevação do consumo e concomitantemente dos investimentos, criando um círculo virtuosos na nossa economia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup> DIEESE-BA. A situação do trabalho na Bahia: tipos de vínculo ocupacional, jornada de trabalho, tempo de permanência no emprego, desemprego e remuneração. Dezembro de 2017. Disponível em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/936?>. Acesso 12/04/2023

# A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Publicações em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral.



**Saiba mais!**

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



## Novos livros

Por ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Economia, realizado em São Luís, no Maranhão, o Cofecon realizou a entrega do XXIX Prêmio Brasil de Economia. A solenidade ocorreu no dia 09 de novembro e, ao todo, foram distribuídos R\$ 18 mil em prêmios.

O maior deles (R\$ 8 mil) foi entregue a André Nassif, primeiro colocado na categoria Livro de Economia, com a obra “Desenvolvimento e Estagnação: o Debate entre Desenvolvimentistas e Liberais Neoclássicos”. A menção honrosa correspondente ao segundo lugar coube ao economista Luiz Fernando Rodrigues de Paula, com o livro Economia Brasileira na Encruzilhada. O terceiro lugar foi para a economista Zeina Abdel Latif, com o livro Nós do Brasil: Nossa Herança e Nossas Escolhas.

Conheça a seguir os livros premiados no XXIX Prêmio Brasil de Economia.

1

### Desenvolvimento e Estagnação: o Debate entre Desenvolvimentistas e Liberais Neoclássicos



O Brasil cresceu extraordinariamente após a Segunda Guerra Mundial, mas na década de 1980 entrou em um período de estagnação. O livro surgiu da busca por esta resposta. “Conforme fui redigindo e conversando com professores como Belluzzo, Bresser, Carmen Feijó, Carmen Terra e André Lara Resende, acabei dividindo o trabalho em duas etapas”, explica o economista André Nassif. “Há três discussões importantes: a primeira, trazer a contribuição latino-americana; a segunda, dedicada a Celso Furtado; e a terceira, o novo desenvolvimentismo”.

O livro compara duas formas de organização econômica do capitalismo – a desenvolvimentista, que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia, e a liberal, que limita a ação do Estado à garantia da propriedade e dos contratos e à responsabilidade pelo equilíbrio fiscal. Para ambos, o desenvolvimento econômico depende do investimento e este, da taxa de lucro esperado. “A diferença está no fato de que os liberais acreditam que, havendo liberdade de mercado, a taxa de lucro será satisfatória, a taxa de investimento será elevada e a alocação dos fatores será eficiente. Os desenvolvimentistas pensam de forma diferente. Defendem a liberdade de mercado, mas não esperam dele mais do que ele pode dar”, explica Luiz Carlos Bresser Pereira na apresentação do livro.

Autor: André Nassif

Páginas: 560

Editora: Contracorrente

ISBN: 978-65-5396-109-8

## 2

## Economia Brasileira na Encruzilhada

O livro *Economia Brasileira na Encruzilhada*, segundo colocado no Prêmio Brasil de Economia, contém 12 ensaios escritos pelo professor Luiz Fernando de Paula, alguns em parceria com outros autores. Os temas abordados perpassam a macroeconomia, o desenvolvimento econômico e a economia bancária – que, normalmente, são abordados de forma separada em outras publicações.

Entre as principais influências da obra estão a escola pós-keynesiana, o estruturalismo da Cepal (que aborda as relações desiguais entre os países do centro econômico e da periferia) e o chamado novo desenvolvimentismo, teoria desenvolvida por Luiz Carlos Bresser Pereira.

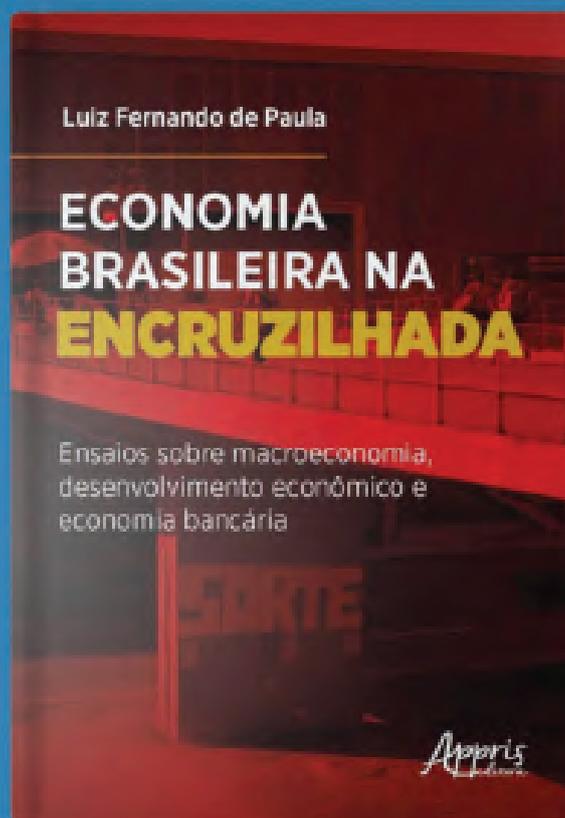
Ao falar em encruzilhada, o autor traz o ponto em que uma decisão deve ser tomada e uma rota deve ser escolhida. Para tanto, é preciso analisar não apenas as escolhas feitas pelas lideranças do País nos últimos 20 anos, mas também aquilo que as motiva.

Autor: Luiz Fernando de Paula

Páginas: 379

Editora: Appris

ISBN: 978-65-2501-843-0





O livro *Nós do Brasil: Nossa Herança e Nossas Escolhas*, com o qual Zeina Latif obteve o terceiro lugar, já apareceu na revista *Economistas*, na edição de março de 2023. A história do Brasil, mesmo quando comparada à de seus vizinhos latino-americanos, guarda algumas peculiaridades: teve um período mais longo de escravidão; abrigou a monarquia; manteve a integridade de seu território; instaurou a República tardiamente; sofreu com diversos golpes de Estado; possui uma Constituição ampla e complexa; e herdou dos colonizadores portugueses um modelo patrimonialista que se mantém forte até hoje. As escolhas fáceis e de curto prazo feitas pelos governantes ao longo dos anos contribuíram para os empecilhos ao nosso desenvolvimento econômico.

Este livro procura tratar de todos os entraves, ou "nós", ao desenvolvimento do Brasil. Não seria justo, porém, atribuir toda a culpa às raízes históricas. Como explicar, por exemplo, os erros sucessivos na educação pública? Os golpes de Estado? E os escândalos de corrupção? O Brasil está condenado ao baixo crescimento e ao desenvolvimento medíocre ou há amadurecimento institucional em curso? Este livro é também sobre nós, brasileiros, que, com nossa herança e nossas escolhas, perpetuamos uma sociedade injusta e desigual em nosso país.

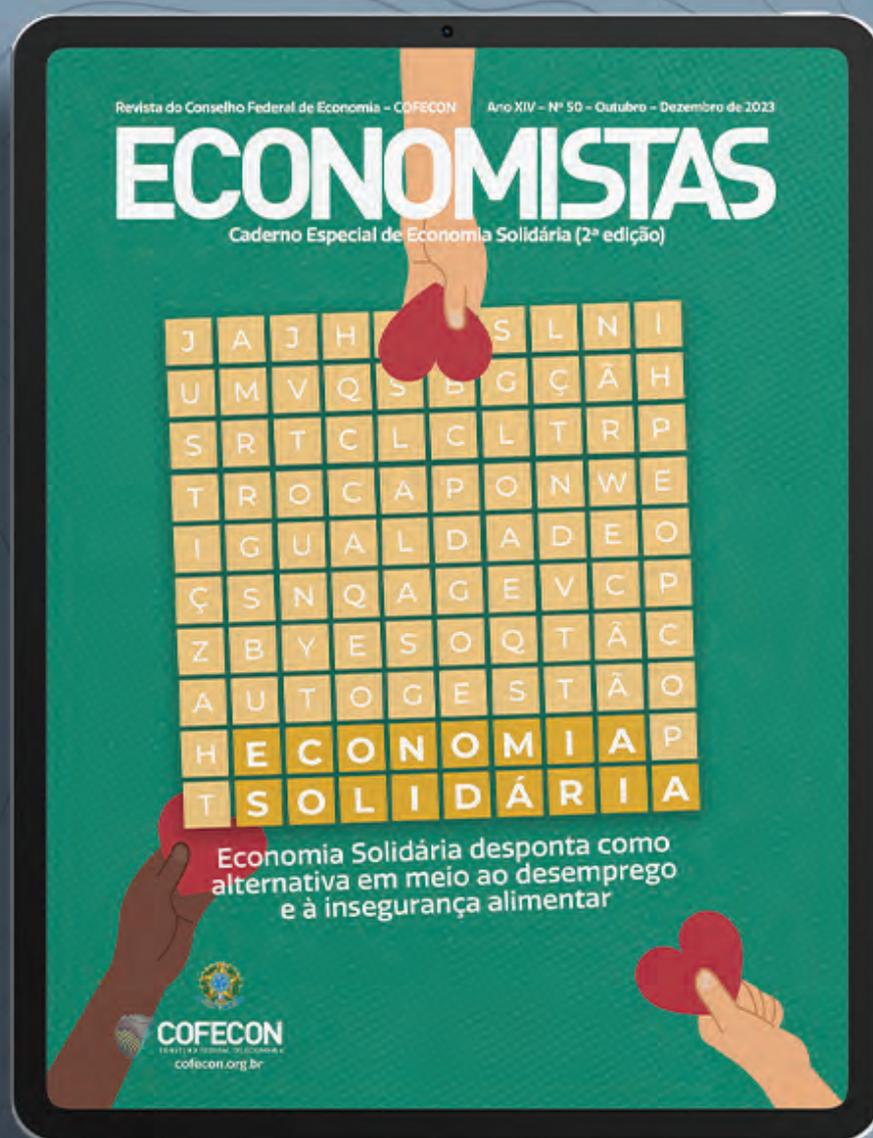
Autora: Zeina Latif

Páginas: 252

Editora: Record

ISBN: 978-65-5587-448-8

# Confira a nova edição do Caderno Especial de Economia Solidária, da revista Economistas



Leia agora!

Aponte a câmera  
do seu celular  
para o código  
QR ao lado!





**Economista  
registrado**   
melhor para o Brasil



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon  
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF  
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: [cofecon@cofecon.org.br](mailto:cofecon@cofecon.org.br)